

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	79
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	80
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	666.086
Preferenciais	0
Total	666.086
Em Tesouraria	
Ordinárias	6.139
Preferenciais	0
Total	6.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.854.341	1.817.732
1.01	Ativo Circulante	258.536	197.798
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.980	113.406
1.01.03	Contas a Receber	51.252	53.236
1.01.03.01	Clientes	51.252	53.236
1.01.04	Estoques	19.406	19.999
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.882	2.010
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.882	2.010
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.016	9.147
1.01.08.03	Outros	13.016	9.147
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber / Propostos	0	1.758
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	12	0
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	13.004	7.389
1.02	Ativo Não Circulante	1.595.805	1.619.934
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	252.533	253.284
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	252.533	253.284
1.02.01.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	34
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	238.566	233.219
1.02.01.09.05	Outros Ativos	13.967	20.031
1.02.02	Investimentos	405.052	400.357
1.02.02.01	Participações Societárias	405.052	400.357
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	405.052	400.357
1.02.03	Imobilizado	756.832	779.038
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	744.164	761.827
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.668	17.211
1.02.04	Intangível	181.388	187.255
1.02.04.01	Intangíveis	181.388	187.255
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	88.761	91.039
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	92.627	96.216

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.854.341	1.817.732
2.01	Passivo Circulante	221.838	242.944
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.585	27.574
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.031	3.479
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.554	24.095
2.01.02	Fornecedores	59.086	54.014
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.033	53.763
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	53	251
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.948	5.427
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.656	3.555
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	2.656	3.555
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.285	1.868
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.603	153.773
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.045	68.415
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.333	55.759
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.712	12.656
2.01.04.02	Debêntures	61.558	85.358
2.01.05	Outras Obrigações	616	2.156
2.01.05.02	Outros	616	2.156
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	113	113
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	457	1.997
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	46	46
2.02	Passivo Não Circulante	261.029	185.656
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	139.097	59.181
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	110.441	2.056
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	109.967	392
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	474	1.664
2.02.01.02	Debêntures	28.656	57.125
2.02.02	Outras Obrigações	73.930	69.225
2.02.02.02	Outros	73.930	69.225
2.02.02.02.04	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	18.713	17.128
2.02.02.02.05	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.06	Impostos sobre faturamento TRA	40.196	37.076
2.02.03	Tributos Diferidos	11.528	21.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.528	21.810
2.02.04	Provisões	36.474	35.440
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.474	35.440
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.709	11.656
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.296	22.210
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.206	1.222
2.02.04.01.05	Provisões Outras	263	352
2.03	Patrimônio Líquido	1.371.474	1.389.132
2.03.01	Capital Social Realizado	1.071.077	1.071.077
2.03.02	Reservas de Capital	76.063	74.933
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	57.166	56.036
2.03.04	Reservas de Lucros	245.354	245.354
2.03.04.01	Reserva Legal	54.446	54.446
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	210.752	210.752
2.03.04.11	Recompra de ações	-19.828	-19.828
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-16	-16
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.788	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.232	-2.232

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	119.812	263.858	143.763	285.131
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-117.962	-237.620	-120.995	-233.873
3.03	Resultado Bruto	1.850	26.238	22.768	51.258
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.185	-44.765	-21.199	-57.884
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.391	-19.558	-4.257	-19.180
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.412	-39.109	-20.195	-39.367
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-1.737	-3.473	-1.737	-3.473
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativa	-18.675	-35.636	-18.458	-35.894
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.046	4.575	6.995	11.077
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-177	-363	-185	-358
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-251	9.690	-3.557	-10.056
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-26.335	-18.527	1.569	-6.626
3.06	Resultado Financeiro	-3.591	-10.543	-6.339	-11.923
3.06.01	Receitas Financeiras	2.734	5.973	7.810	17.380
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.325	-16.516	-14.149	-29.303
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.926	-29.070	-4.770	-18.549
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.199	10.282	-954	236
3.08.01	Corrente	1.561	0	2.632	0
3.08.02	Diferido	7.638	10.282	-3.586	236
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,03141	-0,02847	-0,00867	-0,02775
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	-0,00867	-0,02775
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,03141	-0,02847	-0,00867	-0,02775
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	-0,00867	-0,02775

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.907	47.838
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.916	60.525
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-29.070	-18.549
6.01.01.02	Plano de Opção de Compra de Ações	1.140	2.599
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-9.690	10.056
6.01.01.04	Variação Monetárias e Cambiais	274	-370
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	31.399	32.428
6.01.01.06	Juros sobre Debêntures	6.943	12.340
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos Apropriados	4.761	6.793
6.01.01.08	Juros sobre Mútuo Apropriados	0	4.162
6.01.01.16	Constituição (reversão) da Provisão para Contingências	4.341	3.822
6.01.01.17	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	0	61
6.01.01.18	Benefício pós emprego - Planos Médicos	1.585	1.310
6.01.01.19	Provisão/Reversão para Créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	5.233	5.873
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.298	-8.525
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-3.249	7.079
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	593	-572
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos Correntes a Recuperar	128	3.890
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-5.347	-8.164
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	449	-8.751
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Fornecedores	5.072	-3.310
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	5.011	401
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	-1.479	-1.924
6.01.02.15	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	3.120	2.826
6.01.03	Outros	-3.307	-4.162
6.01.03.04	Baixas de Contingências com Pagamento	-3.307	-4.162
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.417	10.820
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-3.252	-2.046
6.02.03	Aumento de Intangível	-75	0
6.02.04	Aumento de Investimentos em Controladas	-290	-150
6.02.06	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	7.034	17.756
6.02.07	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	0	2
6.02.08	Mútuo Concedido	0	-4.767
6.02.10	Juros sobre Mútuo Recebido	0	25
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.250	-157.652
6.03.01	Empréstimos Tomados	159.500	0
6.03.02	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-96.218	-59.952
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	-4.258
6.03.05	Recebimento / (Pagamento) em Operações com Swap	-1.772	2.206
6.03.06	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-23.260	-20.940
6.03.10	Pagamento de Mútuo	0	-73.745
6.03.11	Juros pagos por Mútuo	0	-963
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	59.574	-98.994
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	113.406	189.258

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.980	90.264

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.071.077	74.933	245.354	0	-2.232	1.389.132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.077	74.933	245.354	0	-2.232	1.389.132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.130	0	0	0	1.130
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.130	0	0	0	1.130
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.788	0	-18.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.788	0	-18.788
5.07	Saldos Finais	1.071.077	76.063	245.354	-18.788	-2.232	1.371.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.071.077	70.666	265.264	0	211	1.407.218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.077	70.666	265.264	0	211	1.407.218
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.622	0	0	0	2.622
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.622	0	0	0	2.622
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.313	0	-18.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.313	0	-18.313
5.07	Saldos Finais	1.071.077	73.288	265.264	-18.313	211	1.391.527

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	293.799	321.991
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	294.457	316.788
7.01.02	Outras Receitas	4.575	11.076
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.233	-5.873
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-118.581	-124.952
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-69.294	-72.596
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.924	-51.998
7.02.04	Outros	-363	-358
7.03	Valor Adicionado Bruto	175.218	197.039
7.04	Retenções	-31.399	-32.428
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.399	-32.428
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	143.819	164.611
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.663	7.324
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.690	-10.056
7.06.02	Receitas Financeiras	5.973	17.380
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	159.482	171.935
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	159.482	171.935
7.08.01	Pessoal	116.366	106.330
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.809	81.975
7.08.01.02	Benefícios	21.087	19.078
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.470	5.277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.632	34.794
7.08.02.01	Federais	14.644	25.058
7.08.02.02	Estaduais	144	55
7.08.02.03	Municipais	8.844	9.681
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.272	49.124
7.08.03.01	Juros	16.516	29.303
7.08.03.02	Aluguéis	21.756	19.821
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.788	-18.313
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.788	-18.313

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.930.889	1.893.843
1.01	Ativo Circulante	400.620	318.463
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	270.770	192.557
1.01.03	Contas a Receber	86.540	85.999
1.01.03.01	Clientes	86.540	85.999
1.01.04	Estoques	22.602	23.187
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.080	6.568
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.080	6.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.628	10.152
1.01.08.03	Outros	16.628	10.152
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	12	0
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	16.616	10.152
1.02	Ativo Não Circulante	1.530.269	1.575.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	266.506	267.599
1.02.01.06	Tributos Diferidos	729	523
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	729	523
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	265.777	267.076
1.02.01.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	37
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	246.133	241.310
1.02.01.09.06	Precatórios Receber	5.217	5.136
1.02.01.09.07	Outros Ativos	14.427	20.593
1.02.03	Imobilizado	886.066	919.616
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	866.922	893.080
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	19.144	26.536
1.02.04	Intangível	377.697	388.165
1.02.04.01	Intangíveis	377.697	388.165
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	245.206	251.954
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	132.491	136.211

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.930.889	1.893.843
2.01	Passivo Circulante	269.073	284.389
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.086	34.691
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.522	4.941
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.564	29.750
2.01.02	Fornecedores	83.376	73.514
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	83.323	73.263
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	53	251
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.992	9.752
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.221	6.460
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	775	420
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Federais	5.446	6.040
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	395	352
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.376	2.940
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	133.769	163.414
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	72.211	78.056
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.224	60.127
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.987	17.929
2.01.04.02	Debêntures	61.558	85.358
2.01.05	Outras Obrigações	850	3.018
2.01.05.02	Outros	850	3.018
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	113	113
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	691	2.859
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	46	46
2.02	Passivo Não Circulante	290.342	220.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	142.800	66.420
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	114.144	9.295
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	110.845	2.529
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.299	6.766
2.02.01.02	Debêntures	28.656	57.125
2.02.02	Outras Obrigações	83.426	78.612
2.02.02.02	Outros	83.426	78.612
2.02.02.02.07	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	22.992	21.006
2.02.02.02.08	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.09	Impostos sobre faturamento TRA	40.196	37.076
2.02.02.02.10	Outros Passivos	5.217	5.509
2.02.03	Tributos Diferidos	21.576	33.919
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.576	33.919
2.02.04	Provisões	42.540	41.371
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.540	41.371
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.185	13.927
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25.823	25.754
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.259	1.328
2.02.04.01.05	Provisões Outras	273	362
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.371.474	1.389.132
2.03.01	Capital Social Realizado	1.071.077	1.071.077

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02	Reservas de Capital	76.063	74.933
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	57.166	56.036
2.03.04	Reservas de Lucros	245.354	245.354
2.03.04.01	Reserva Legal	54.446	54.446
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	210.752	210.752
2.03.04.11	Recompra de ações	-19.828	-19.828
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-16	-16
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.788	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.232	-2.232

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	191.082	408.685	202.288	399.455
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-177.519	-350.752	-179.981	-350.724
3.03	Resultado Bruto	13.563	57.933	22.307	48.731
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-41.999	-77.099	-24.172	-62.988
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.331	-36.007	-12.316	-33.900
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.106	-47.253	-23.810	-44.982
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-1.737	-3.473	-1.737	-3.473
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-23.369	-43.780	-22.073	-41.509
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.690	6.688	12.267	16.554
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-252	-527	-313	-660
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-28.436	-19.166	-1.865	-14.257
3.06	Resultado Financeiro	-1.293	-6.267	-3.389	-5.708
3.06.01	Receitas Financeiras	6.245	12.325	10.082	21.812
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.538	-18.592	-13.471	-27.520
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.729	-25.433	-5.254	-19.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.002	6.645	-470	1.652
3.08.01	Corrente	-99	-5.904	840	-2.354
3.08.02	Diferido	9.101	12.549	-1.310	4.006
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,03141	-0,02847	-0,00867	-0,02775
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	-0,00867	-0,02775
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,03141	-0,02847	0,00867	-0,02775
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	-0,00867	-0,02775

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.727	-18.788	-5.724	-18.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.753	39.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.018	63.567
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-25.433	-19.965
6.01.01.02	Variação Monetárias e Cambiais	688	-1.505
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	47.095	48.196
6.01.01.05	Constituição (Reversão) da Provisão para Contingências	4.847	5.178
6.01.01.06	Plano de Opção de Compra de Ações	1.130	2.622
6.01.01.07	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	336	63
6.01.01.08	Juros sobre Debêntures	6.943	12.340
6.01.01.09	Juros sobre Empréstimos Apropriados	5.088	7.493
6.01.01.17	Benefício pós emprego - Planos Médicos	1.986	1.795
6.01.01.18	Provisão/Reversão para Créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	5.338	7.350
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.962	-12.852
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-5.879	2.505
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	585	-951
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos Correntes a Recuperar	2.488	2.578
6.01.02.05	(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	-4.823	-8.263
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-379	-10.373
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	9.862	-971
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	7.395	1.443
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	-1.115	-1.912
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Contas a Pagar	81	265
6.01.02.11	Aumento (Redução) em impostos sobre Faturamento TRA	3.120	2.827
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-373	0
6.01.03	Outros	-9.227	-10.951
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-5.549	-2.797
6.01.03.04	Baixas de Contingências com Pagamento	-3.678	-8.154
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.413	-3.400
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-3.338	-3.464
6.02.03	Aumento do Ativo Intangível	-75	0
6.02.05	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	0	64
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	31.873	-89.174
6.03.02	Empréstimos Captados	159.500	1.734
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-101.466	-67.434
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	-4.258
6.03.07	Recebimento / (Pagamento) em Operações com Swap	-2.539	2.578
6.03.08	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-23.622	-21.794
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	78.213	-52.810
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.557	226.115
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	270.770	173.305

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.071.077	74.933	245.354	0	-2.232	1.389.132	0	1.389.132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.077	74.933	245.354	0	-2.232	1.389.132	0	1.389.132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.130	0	0	0	1.130	0	1.130
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.130	0	0	0	1.130	0	1.130
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.788	0	-18.788	0	-18.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.788	0	-18.788	0	-18.788
5.07	Saldos Finais	1.071.077	76.063	245.354	-18.788	-2.232	1.371.474	0	1.371.474

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.071.077	70.666	265.264	0	211	1.407.218	0	1.407.218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.077	70.666	265.264	0	211	1.407.218	0	1.407.218
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.622	0	0	0	2.622	0	2.622
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.622	0	0	0	2.622	0	2.622
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.313	0	-18.313	0	-18.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.313	0	-18.313	0	-18.313
5.07	Saldos Finais	1.071.077	73.288	265.264	-18.313	211	1.391.527	0	1.391.527

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	464.776	459.864
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	463.426	450.660
7.01.02	Outras Receitas	6.688	16.554
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.338	-7.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.801	-184.717
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-104.131	-96.106
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.143	-87.951
7.02.04	Outros	-527	-660
7.03	Valor Adicionado Bruto	272.975	275.147
7.04	Retenções	-47.095	-48.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.095	-48.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	225.880	226.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.325	21.812
7.06.02	Receitas Financeiras	12.325	21.812
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	238.205	248.763
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	238.205	248.763
7.08.01	Pessoal	156.237	154.268
7.08.01.01	Remuneração Direta	113.029	114.725
7.08.01.02	Benefícios	32.109	30.513
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.099	9.030
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.818	55.539
7.08.02.01	Federais	36.484	38.813
7.08.02.02	Estaduais	3.114	2.825
7.08.02.03	Municipais	14.220	13.901
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.938	57.269
7.08.03.01	Juros	18.592	27.520
7.08.03.02	Aluguéis	28.346	29.749
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.788	-18.313
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.788	-18.313

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Santos Brasil vem passando por uma profunda reestruturação organizacional, iniciada em meados do ano passado com a listagem de suas ações no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – e a extinção dos acordos de acionistas. A nova Administração da Companhia está consciente de que, no atual ambiente de negócios, eficiência operacional, custos baixos e produtividade são essenciais para proporcionar uma rentabilidade adequada. No segundo trimestre de 2017, em especial, a Companhia focou na redução de custos e despesas operacionais e não operacionais. Acreditamos que estas ações reduzirão sobremaneira a estrutura de custos fixos da empresa, a partir da introdução de ferramentas de otimização de gastos e revisão de processos, como o Orçamento Base Zero (OBZ), sem diminuir o nível de excelência na prestação de serviços.

O segundo trimestre de 2017 foi marcado por eventos que influenciaram o ambiente de negócios e o desempenho da Santos Brasil. No contexto político, houve deterioração da confiança na aprovação de reformas estruturais, com efeito nas expectativas de recuperação da economia. Outro fator negativo foi o reduzido número de dias úteis no mês de abril, com movimento fraco afetado por diversos feriados prologados. O cenário competitivo no Porto de Santos ainda enseja cautela, a julgar pela migração de um serviço de navegação de longo curso da Ásia para um terminal concorrente. Em que pese o Porto de Santos ter crescido 4,5% o volume de contêineres movimentados no primeiro semestre do ano em relação ao primeiro semestre de 2016, a melhora observada não foi suficiente para diminuir o impacto da saída do serviço asiático do Tecon Santos. De modo geral, contudo, é um indicador positivo para analisar a dinâmica de oferta e demanda no Porto de Santos nos trimestres vindouros, onde os terminais portuários tendem a se beneficiar da redução da capacidade ociosa a partir de uma retomada mais rápida e consistente da economia do país.

Com relação ao resultado trimestral, bastante afetado por custos e despesas não recorrentes derivados da reorganização mencionada, houve conquistas que deverão impactar positivamente o resultado futuro da Companhia. Destaque-se o Tecon Imbituba, que em junho venceu uma disputa para operar um serviço de navegação da Ásia, a partir de setembro de 2017, com previsão de movimentar 50 mil contêineres, anualmente. A partir desse serviço, algumas linhas de cabotagem, num primeiro momento, poderão se dirigir à Imbituba, sem destacar novos serviços de longo curso de diferentes rotas.

No Tecon Vila do Conde, em junho, a ANTAQ aprovou o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e reconheceu a viabilidade da prorrogação antecipada do contrato de arrendamento, que então seguiu para análise do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e assinatura do termo aditivo ao contrato.

Na Santos Brasil Logística, esforços comerciais aumentaram o índice de retenção de contêineres cheios de importação proporcionando, conseqüentemente, um crescimento do volume de armazenagem retroportuária e dos CLIA's, apesar da saída do ESA. Adicionalmente, foram firmados dois novos contratos com agentes de carga, expandindo a prestação de serviços logísticos de maior valor agregado para novos clientes importadores e exportadores, o que também contribuiu para elevar a utilização da capacidade do CLIA Santos.

Temos à frente, portanto, um período de mudanças organizacionais internas e oportunidades de trazer novos serviços de navegação e de logística nos próximos trimestres, que deverão impulsionar o resultado da Santos Brasil. As variáveis gerenciadas internamente, estratégicas e operacionais, estão sendo minuciosamente avaliadas e repensadas, com foco principal na transformação da estrutura de custos fixos da Companhia. Esperamos, com isso, estarmos preparados para o ciclo de recuperação econômica, com uma operação mais eficiente, enxuta e rentável.

Comentário do Desempenho

Os valores incluídos nesta apresentação de resultados são demonstrados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos.

INDICADORES OPERACIONAIS

(unidades)	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Operações de cais - contêineres	229.425	244.504	-6,2%	481.232	472.729	1,8%
Contêineres Cheios	181.427	188.493	-3,7%	378.761	361.306	4,8%
Contêineres Vazios	47.998	56.011	-14,3%	102.471	111.423	-8,0%
Operações de cais - carga geral (ton)	10.854	36.790	-70,5%	24.123	45.305	-46,8%
Operações de armazenagem - contêineres	29.432	27.576	6,7%	62.587	52.169	20,0%
LOGÍSTICA						
Operações de armazenagem - contêineres	10.247	8.798	16,5%	19.344	17.856	8,3%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Veículos movimentados	72.039	51.672	39,4%	145.419	90.098	61,4%
Exportação	67.875	46.402	46,3%	138.028	81.213	70,0%
Importação	4.164	5.270	-21,0%	7.391	8.885	-16,8%

Terminais Portuários

(unidades)	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Contêineres Cheios	181.427	188.493	-3,7%	378.761	361.306	4,8%
Tecon Santos	167.538	176.657	-5,2%	350.480	339.317	3,3%
Tecon Imbituba	4.558	3.050	49,4%	8.870	6.362	39,4%
Tecon Vila do Conde	9.331	8.786	6,2%	19.411	15.627	24,2%
Contêineres Vazios	47.998	56.011	-14,3%	102.471	111.423	-8,0%
Tecon Santos	37.035	45.929	-19,4%	81.066	92.222	-12,1%
Tecon Imbituba	3.090	2.492	24,0%	6.254	5.005	25,0%
Tecon Vila do Conde	7.873	7.590	3,7%	15.151	14.196	6,7%
Carga Geral (ton)	10.854	36.790	-70,5%	24.123	45.305	-46,8%
Tecon Imbituba	10.854	36.790	-70,5%	23.993	45.305	-47,0%
Tecon Vila do Conde	-	-	-	130	-	-

O volume total movimentado pela Companhia no 2T17 foi de 229.425 contêineres, 6,2% menor que o 2T16. O volume de movimentação de contêineres cheios apresentou queda menor, de 3,7% no trimestre.

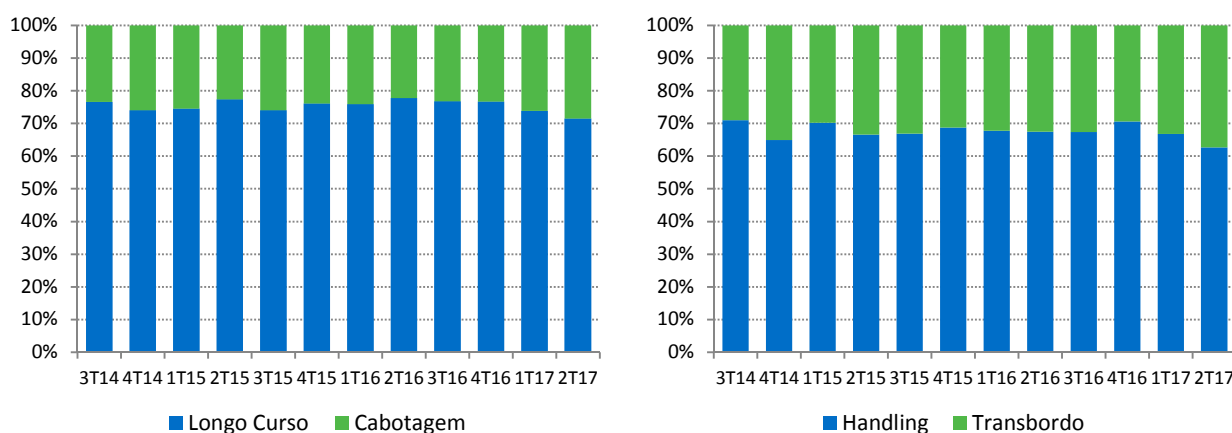
O término do contrato de um serviço de navegação que atua na rota para a Ásia em abril impactou o volume do Tecon Santos no 2T17 (queda de 8,1% vs. 2T16) e reduziu a participação de mercado do terminal para 32,9% no Porto de Santos (39,1% no 2T16). No Tecon Santos, a queda menor na movimentação de contêineres cheios (-5,2% vs. 2T16) em relação ao volume de vazios (-19,4% vs. 2T16) atenuou o impacto da saída do serviço ESA na operação de armazenagem alfandegada. Na movimentação de contêineres cheios de longo curso em Santos, houve queda de 7,7% na importação (46.078 unidades) e 26,2% na exportação no 2T17 em comparação ao 2T16.

Comentário do Desempenho

No 2T17, o volume movimentado no Tecon Imbituba apresentou crescimento de 38,0%, representado por uma alta de 623,8% na movimentação de contêineres de longo curso e 21,6% das operações de cabotagem, que correspondeu a 85,7% do total movimentado no terminal. Em junho, devido às condições climáticas que prejudicaram as operações no complexo portuário Itajaí/Navegantes, cinco navios que faziam escala na região foram desviados e atendidos pelo Tecon Imbituba, resultando em movimentação extraordinária de cerca de 1.900 contêineres. Uma parcela desse volume foi faturada em julho e, portanto, terá impacto positivo, porém marginal e não recorrente, no resultado do 3T17.

O terminal de Vila do Conde cresceu 5,1% o volume de contêineres movimentados, com aumentos de 5,0% e 5,1% nas operações de longo curso e cabotagem, respectivamente. Esta última representou 26,1% do total movimentado no terminal.

A queda do volume consolidado no 2T17 registrada foi, principalmente, decorrência da saída do serviço da Ásia então operado pelo Tecon Santos, o que impactou as operações de longo curso. Os volumes de importação e exportação foram 14,1% e 24,6% menores em relação ao 2T16, respectivamente. As operações de cabotagem tiveram alta de 19,9% no volume movimentado no trimestre em relação ao 2T16 e representaram 28,5% do volume total movimentado (22,3% no 2T16). As operações de transbordo também registraram incremento em relação ao total movimentado (37,3% no 2T17 vs. 32,6% no 2T16). Abaixo, segue o histórico das participações de transbordo e cabotagem no volume total movimentado:



O *mix* de contêineres cheio-vazio continua apresentando melhora, tanto em comparação ao 2T16, quanto em relação ao 1T17. Os contêineres cheios corresponderam a 79,1% do total movimentado no 2T17 (vs. 77,1% no 2T16 e 78,4% no 1T17).

Apesar da queda de 7,7% nas operações de importação de contêineres cheios no Tecon Santos, o volume total de contêineres armazenados faturados no terminal cresceu 2,7% no 2T17. O índice de retenção de contêineres cheios de importação armazenados continuou subindo, resultado de esforços comerciais, passando de 49,2% no 2T16 para 53,8% no 2T17. O *dwell time* registrado no trimestre foi de 12,8 dias, ligeiramente superior aos 12,0 dias aferidos no 2T16.

Logística

A Companhia apresentou incremento no 2T17 de 16,5% no volume de contêineres armazenados em relação ao 2T16, reflexo da maior retenção de contêineres de importação e de novos contratos firmados com agentes de carga e NVOCC.

Terminal de Veículos

O desempenho operacional do TEV no 2T17 reflete o bom desempenho das exportações de veículos no país. Houve aumento de 46,3% nas exportações de veículos e redução de 21,0% do total de veículos importados faturados no terminal em relação ao 2T16. As operações de exportação de veículos representaram 94,2% dos veículos movimentados (vs. 89,8% no 2T16). Os veículos leves corresponderam a 91,2% do total movimentado no 2T17 (vs. 92,2% no 2T16). O *dwell time* foi de 7,0 dias no 2T17 (vs. 7,1 dias no 2T16).

Comentário do Desempenho**RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS****RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS**

(R\$ milhões)	2T17	2T16	Var.%	6M17	6M16	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS	153,0	178,1	-14,1%	343,0	350,9	-2,3%
Operações de cais	87,2	111,5	-21,8%	186,7	211,7	-11,8%
Operações de armazenagem	65,8	66,6	-1,2%	156,3	139,2	12,3%
LOGÍSTICA	52,9	45,2	17,0%	98,5	92,6	6,4%
TERMINAL DE VEÍCULOS	14,5	12,1	19,8%	30,8	21,9	40,6%
Eliminações	-2,7	-3,5	-22,9%	-6,3	-6,9	-8,7%
Consolidado	217,7	232,0	-6,2%	466,0	458,6	1,6%

Terminais Portuários

A receita bruta de operações de cais do 2T17 apresentou queda de 21,8% em comparação a igual período em 2016, devido principalmente ao cenário de preços e à saída de um serviço de navegação de longo curso da Ásia (ESA) no início do trimestre, que provocou queda de volume e no preço médio unitário.

O Tecon Santos foi responsável por 84,2% do faturamento do segmento de Terminais Portuários no 2T17 (vs. 88,4% no 2T16). Como consequência da maior participação de contêineres cheios na movimentação, o faturamento do Tecon Imbituba cresceu 23,9% no 2T17, em comparação ao 2T16. Já o faturamento do terminal de Vila do Conde cresceu 14,8% no 2T17, impulsionado pelo bom e contínuo desempenho operacional dessa unidade de negócio.

O ambiente competitivo na prestação de serviços de armazenagem alfandegada entre os terminais localizados na zona primária e na zona secundária do Porto de Santos continuou acirrado. O esforço comercial em aumentar a retenção de contêineres cheios de importação, em conjunto com novos contratos fechados com agentes de carga e NVOCC, contribuiu para aumentar o volume de armazenagem alfandegada no terminal. Entretanto, a competição na zona primária e com outros terminais retroportuários levou a uma redução na receita média unitária, que foi de R\$ 2.236 no 2T17 (vs. R\$2.415 no 2T16).

Logística

A receita com operações de logística subiu 17,0% no 2T17 em relação ao 2T16, seguindo dinâmica similar à operação de armazenagem dos terminais, vale dizer, com incremento da retenção de contêineres de importação e novos contratos firmados com agentes de carga e NVOCC.

Terminal de Veículos

O aumento no total de veículos movimentados no 2T17 resultou em crescimento de 19,8% na receita bruta com operações de veículos em relação ao 2T16.

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS

(R\$ milhões)	2T17	2T16	Var.%	6M17	6M16	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS	136,1	157,2	-13,4%	304,1	309,3	-1,7%
Operações de cais	79,5	100,5	-20,9%	170,3	190,5	-10,6%
Operações de armazenagem	56,5	56,7	-0,4%	133,8	118,8	12,6%
LOGÍSTICA	44,8	38,1	17,6%	83,2	78,1	6,5%
TERMINAL DE VEÍCULOS	12,7	10,1	25,7%	26,9	18,4	46,2%
Eliminações	-2,5	-3,1	-19,4%	-5,7	-6,3	-9,5%
Consolidado	191,1	202,3	-5,5%	408,5	399,5	2,3%

Comentário do Desempenho

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(R\$ milhões)	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Custos com Movimentação	27,9	32,5	-14,2%	57,2	60,5	-5,5%
Custos com Pessoal	51,5	50,7	1,6%	101,7	98,3	3,5%
Arrendamento e Infraestrutura	18,5	17,8	3,9%	37,2	35,0	6,3%
Depreciação e Amortização	16,0	16,3	-1,8%	32,0	32,6	-1,8%
Outros Custos	17,8	19,3	-7,8%	36,5	38,7	-5,7%
Total	131,5	136,5	-3,7%	264,6	265,1	-0,2%
LOGÍSTICA						
Custos com Movimentação	13,7	9,3	47,3%	23,5	17,3	35,8%
Custos com Pessoal	12,4	14,2	-12,7%	24,2	28,9	-16,3%
Depreciação e Amortização	3,5	3,7	-5,4%	7,0	7,3	-4,1%
Outros Custos	8,1	10,4	-22,1%	15,8	21,0	-24,8%
Total	37,6	37,6	0,0%	70,5	74,5	-5,4%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Custos com Movimentação	6,4	4,1	56,1%	12,4	7,4	67,6%
Arrendamento e Infraestrutura	1,2	1,5	-20,0%	2,9	3,2	-9,4%
Depreciação e Amortização	2,3	2,3	0,0%	4,6	4,6	0,0%
Outros Custos	1,0	1,2	-16,7%	1,7	2,5	-32,0%
Total	10,9	9,0	21,1%	21,6	17,7	22,0%
Eliminações	-2,5	-3,1	-19,4%	-5,7	-6,4	-10,9%
Consolidado	177,5	180,0	-1,4%	351,0	350,9	0,0%

Terminais Portuários

Apesar da queda de 4,9% da soma dos volumes de movimentação e armazenagem portuária, o custo médio por contêiner movimentado/armazenado (ex-D&A) no 2T17 de R\$446 se manteve praticamente estável em relação ao observado no 2T16 (R\$442).

Custos com Movimentação (mão-de-obra avulsa, taxa canal - TUP e outros custos variáveis): a queda observada no 2T17 se deve principalmente ao menor volume de contêineres movimentados nas operações portuárias.

Custos com Pessoal: o crescimento registrado no trimestre reflete o efeito da inflação no período e de custos no montante de R\$ 4,7 milhões com o pagamento de indenizações trabalhistas decorrente da reestruturação.

Arrendamento e Infraestrutura: o crescimento registrado no trimestre reflete, principalmente, a correção dos valores contratados pelo IGPM.

Outros Custos: a redução registrada no trimestre foi principalmente decorrência da redução de gastos diversos, a exemplo de manutenção, locação e leasing de equipamento, software, dentre outros.

Logística

Custos com Movimentação (combustíveis, fretes e outros custos variáveis): o aumento registrado no trimestre foi impulsionado principalmente pelo crescimento de R\$ 3,0 milhões em gastos com fretes. A maior contratação de fretes de terceiros é fruto da reorganização da operação da Santos Brasil Logística, que privilegiou a contratação de terceiros em detrimento do uso de serviços de transporte com frota própria. Os novos serviços prestados para agentes de carga e NVOCC também provocaram elevação dos custos operacionais da Logística.

Custos com Pessoal: a redução apresentada no trimestre é resultado da readequação que está em andamento da estrutura operacional ao porte da operação.

Outros Custos: a redução apresentada no 2T17 é fruto da queda de custo de aluguel em R\$ 0,9 milhão, reflexo da desmobilização do CD Jaguaré, decorrente da readequação da estrutura operacional na busca por eficiência na prestação de serviços de logística integrada, com a concentração da operação no centro de distribuição de São Bernardo do Campo.

Comentário do Desempenho

Terminal de Veículos

Com o aumento no total de veículos movimentados pelo TEV no 2T17, o custo médio (ex-D&A) de R\$ 119 por veículo caiu 7,9%, em relação aos R\$ 130 por veículo verificados no 2T16. A maior movimentação de veículos continuou sendo responsável pela redução dos gastos com arrendamento e infraestrutura que, conseqüentemente, diminui o referencial da MMC (Movimentação Mínima Contratual), apesar do efeito da inflação do período sobre as parcelas de arrendamento da concessão.

DESPESAS OPERACIONAIS

(R\$ milhões)	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Vendas	9,0	5,0	80,0%	20,0	20,2	-1,0%
Gerais, Administrativas e outras	8,6	-0,7	-	12,2	2,2	454,5%
Depreciação e Amortização	0,1	0,1	-	0,2	0,2	-
Total	17,7	4,4	302,3%	32,4	22,6	43,4%
LOGÍSTICA						
Vendas	9,2	7,0	31,4%	15,6	13,2	18,2%
Gerais, Administrativas e outras	2,2	1,3	69,2%	3,4	3,6	-5,6%
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Total	11,4	8,3	37,3%	19,0	16,8	13,1%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Vendas	0,2	0,3	-33,3%	0,5	0,5	0,0%
Gerais, Administrativas e outras	0,1	-2,3	-	0,1	-2,1	-
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Total	0,3	-2,0	-115,0%	0,6	-1,6	-137,5%
CORPORATIVO						
Gerais e Administrativas	10,8	11,7	-7,7%	21,5	21,6	-0,5%
Depreciação e Amortização	1,8	1,8	0,0%	3,6	3,6	0,0%
Total	12,6	13,5	-6,7%	25,1	25,2	-0,4%
Consolidado	42,0	24,2	73,6%	77,1	63,0	22,4%

Terminais Portuários

Vendas: a variação observada nas despesas com vendas do trimestre teve impacto de aproximadamente R\$ 4,0 milhões de aumento em provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD).

Gerais, Administrativas e outras: O aumento observado é decorrência principalmente das despesas ligadas ao desligamento de pessoal no total de R\$ 3,8 milhões, dentro do plano de reestruturação que está em andamento.

Logística

Vendas: O aumento nas despesas com vendas no trimestre foi impulsionado principalmente pelo incremento observado no volume faturado de contêineres armazenados, pelas comissões pagas aos agentes de carga em decorrência dos novos contratos firmados, e pela alta na PDD.

Gerais, Administrativas e outras: a diferença em relação ao 2T16 decorre principalmente de receita de recuperação de tributos (INSS) auferidas no ano passado no valor de R\$ 1,8 milhão, que não ocorreu no 2T17.

Terminal de Veículos

Gerais, Administrativas e outras: a diferença em relação ao 2T16 decorre principalmente de receita de recuperação de tributos (PIS/COFINS) auferidas no ano passado no valor de R\$ 3,0 milhões, que não ocorreu no 2T17.

Corporativo

Gerais, Administrativas: apesar da queda em relação ao 2T16, houve impacto de gastos com serviços de consultoria externa, referente ao processo de reestruturação em andamento.

Comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA

(R\$ milhões)	Margem			Var.			Margem			Var.	
	2T17	(%)	2T16	(%)	(%)	6M17	(%)	6M16	(%)	(%)	
Terminais Portuários	2,9	2,1%	32,6	20,7%	-91,1%	39,4	13,0%	54,3	17,6%	-27,4%	
Logística	-0,7	-1,6%	-4,0	-10,5%	-82,5%	0,8	1,0%	-5,8	-7,4%	-113,8%	
Terminal de Veículos	3,7	29,1%	5,3	52,5%	-30,2%	9,3	34,6%	6,9	37,5%	34,8%	
Corporativo	-10,8	-	-11,7	-	-7,7%	-21,6	-	-21,6	-	0,0%	
Consolidado	-4,9	-2,6%	22,3	11,0%	-122,0%	27,9	6,8%	33,8	8,5%	-17,5%	
Itens não recorrentes	9,2		-7,1			9,2		-1,5			
Consolidado recorrente	4,3	2,3%	15,2	7,5%	-71,7%	37,1	9,1%	32,3	8,1%	14,9%	

O EBITDA registrado no período foi negativamente influenciado pela queda da movimentação de contêineres no Tecon Santos, devido à descontinuidade de um contrato em abril, e principalmente por itens não recorrentes no montante de R\$ 9,2 milhões, representados pelos seguintes eventos: (i) resultado positivo extraordinário de R\$ 1,5 milhão com a operação de cinco navios em Imbituba, (ii) custos e despesas extraordinárias de R\$ 9,3 milhões, em sua maioria originados por indenizações trabalhistas, reflexo do plano de reestruturação e (iii) despesa de R\$ 1,4 milhão com consultoria externa realizada ao longo do primeiro semestre de 2017, já concluída, com foco na reestruturação organizacional em andamento. Excluindo tais efeitos, o EBITDA recorrente do 2T17 foi de R\$ 4,3 milhões, com margem de 2,3% (vs. EBITDA recorrente do 2T16 de R\$ 15,2 milhões, margem de 7,5%). No primeiro semestre de 2017, o EBITDA recorrente da Companhia somou R\$ 37,1 milhões, 14,9% superior ao 1S16.

Terminais Portuários

O EBITDA recorrente dos terminais portuários foi de R\$ 8,0 milhões (excluindo R\$ 6,8 milhões de custos e despesas extraordinárias referentes a indenizações trabalhistas e o resultado positivo não recorrente de R\$ 1,5 milhão com navios operados em Imbituba), com margem de 6,0%.

O resultado recorrente do segmento foi influenciado pela saída do serviço de navegação da Ásia (ESA) do Tecon Santos, que impactou o volume e diminuiu também o preço médio unitário de movimentação, sem que houvesse contrapartida proporcional na redução de custos em virtude da alta alavancagem operacional do terminal. A diminuição da receita média unitária de armazenagem também impactou o EBITDA recorrente.

Logística

O EBITDA recorrente da Logística foi de R\$ 0,2 milhão (excluindo R\$ 0,8 milhão de custos e despesas extraordinárias referentes a indenizações trabalhistas), com margem de 0,4%. O cenário competitivo adverso na prestação de serviços de armazenagem alfandegada continuou no 2T17, apesar dos esforços comerciais que vem elevando a retenção de contêineres cheios de importação e, conseqüentemente, elevando a utilização da capacidade do CLIA Santos. Contratos fechados com agentes de carga e NVOCC contribuíram positivamente para o aumento do volume da operação da Logística, porém impactaram o resultado da operação. A reestruturação operacional da Logística, com foco na redução de custos fixos e despesas operacionais, continua em andamento.

Terminal de Veículos

O EBITDA do TEV somou R\$ 3,7 milhões, com margem de 29,1%, e não apresentou eventos não recorrentes no 2T17. O resultado inferior ao 2T16 é decorrência, principalmente, do mix de movimentação, com maior participação de veículos de exportação que, conseqüentemente, diminuiu a receita média por veículo.

Comentário do Desempenho

LUCRO LÍQUIDO

(R\$ milhões)	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
EBITDA	-4,9	22,3	-122,0%	27,9	33,8	-17,5%
Depreciação e Amortização	23,5	24,2	-2,9%	47,2	48,3	-2,3%
EBIT	-28,4	-1,9	-	-19,3	-14,5	-
Resultado Financeiro	-1,3	-3,4	-	-6,1	-5,7	-
IRPJ / CSLL	9,0	-0,5	-	6,6	1,7	288,2%
Lucro do Período	-20,7	-5,7	-	-18,8	-18,5	-

No 2T17, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 20,7 milhões. As principais causas foram: (i) queda no volume de contêineres movimentados; (ii) queda na receita unitária das operações de cais, armazenagem, da Logística e do TEV; e (iii) itens não recorrentes que refletiram a readequação da estrutura organizacional ao porte das operações, com a meta de reduzir custos fixos e despesas não operacionais.

DÍVIDA E DISPONIBILIDADES

(R\$ milhões)	Moeda	30/06/2017	30/06/2016	Var. %
Curto Prazo	Nacional	120,8	132,7	-9,0%
	Estrangeira	13,0	20,8	-37,5%
Longo Prazo	Nacional	139,5	94,8	47,2%
	Estrangeira	3,3	15,4	-78,6%
Endividamento Total		276,6	263,8	4,9%
Disponibilidades		270,8	173,3	56,3%
Dívida Líquida		5,8	90,5	-93,6%

A Companhia encerrou o 2T17 com dívida líquida de R\$ 5,8 milhões e índice de alavancagem de 0,1x Dívida Líquida/EBITDA UDM, tendo amortizado R\$ 55,3 milhões (principal + juros) no trimestre.

Notas Explicativas

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

Durante o período findo em 30 de junho de 2017, não ocorreram outras mudanças no contexto operacional nem nos compromissos assumidos pela Companhia e por suas controladas, em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 28 de junho de 2017, foi realizada a 425ª Reunião Ordinária da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ que deliberou por recomendar a aprovação dos investimentos propostos pela controlada Convicon, reconhecendo a viabilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Arrendamento nº14/2003, firmado entre a Companhia Docas do Pará e CONVICON – Contêineres de Vila do Conde S.A., que contemplaria a respectiva prorrogação. A resolução da ANTAQ será divulgada através do Diário Oficial da União quando serão conhecidos os seus exatos termos. Finda a etapa de tramitação na ANTAQ, o processo segue para análise do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na forma da Lei nº12.815/2013.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	30.06.2017	31.12.2016
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. (“TPV”)	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (“Pará Empreendimentos”)	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. (“TVS”)	100	100
Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”)	100	100
Santos Brasil Logística S.A. (“Santos Brasil Logística”)	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Convicon”)	100	100

Notas Explicativas

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As presentes informações trimestrais da Companhia e suas controladas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting – IAS 34”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das Informações Trimestrais - ITR, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 08 de agosto de 2017.

Não houve mudança na base de mensuração, na moeda funcional e de apresentação nem no uso de estimativas e julgamentos, em comparação com aquela apresentada nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, divulgadas em 16 de fevereiro de 2017.

Assim, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquele exercício.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

No período findo em 30 de junho de 2017, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis aplicadas pela Companhia e por suas controladas, conforme divulgado nas demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo mantida a mesma consistência para todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a) Mudança de estimativa contábil

A partir de 1º de outubro de 2015, as benfeitorias em imóveis de terceiros e os equipamentos de movimentação de carga, apresentados na nota explicativa nº 12, assim como o direito de exploração e o ágio na aquisição das ações da Santos-Brasil S.A., apresentados na nota explicativa nº 13, tiveram, para fins contábeis, suas vidas úteis ajustadas, decorrentes da prorrogação do prazo de vigência do contrato de arrendamento (para 28 de novembro de 2047) da filial operacional Tecon Santos, mediante a celebração do Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento, em 30 de setembro de 2015.

Notas Explicativas

A Companhia aplicou a mudança de estimativa contábil fundamentada: (i) no parecer jurídico emitido por advogado renomado e professor de direito público da USP, que ratifica o entendimento da Companhia quanto a alteração da vigência do contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos; (ii) no parecer técnico-contábil emitido por um contador, parecerista, professor da USP e ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que ratifica o entendimento da Companhia quanto a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível; e (iii) na manifestação de concordância com a posição formalizada nos citados pareceres pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

A Companhia protocolou, em 1º de março de 2016, consulta formal à CVM, no sentido de obter a manifestação quanto à aplicação da mudança de estimativa contábil em questão. O efeito da mudança desta estimativa foi uma redução de R\$11.547, no resultado das contas de depreciação e amortização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia recebeu o Ofício nº 160/2017/CVM/SEP/GEA-5 que não abordou a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis, objeto da consulta. Entretanto, este ofício recomendou a alteração da política contábil de arrendamento operacional, no que tange às parcelas de arrendamento de concessão do TECON-1 (Contrato PRES/69.97).

Em 22 de junho de 2017, a Companhia informou à SEP que apresentaria recurso dentro do prazo fixado.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia protocolou recurso dirigido à SEP solicitando que seja reconsiderado o entendimento manifestado no Ofício em referência.

Em 14 de julho de 2017, a Companhia recebeu o Ofício nº 174/2017/CVM/SEP/GEA-5 da CVM, através da SEP – Superintendência de Relações com Empresas deferindo o pedido de efeito suspensivo até que o Colegiado da CVM se manifeste em relação à matéria.

Até esta data, a CVM não havia se pronunciado com relação ao recurso da Companhia.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Terminal de Veículos de Santos S.A.	—	<u>1.758</u>
Total	<u>—</u>	<u>1.758</u>

Notas Explicativas

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	222	202	1.034	2.646
Serviços administrativos compartilhados (II)	38	-	38	-
Contas correntes (III)	<u>860</u>	<u>879</u>	<u>860</u>	<u>879</u>
	<u>1.120</u>	<u>1.081</u>	<u>1.932</u>	<u>3.525</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	812	2.444	1.034	2.646
Serviços administrativos compartilhados (II)	-	-	38	-
Contas correntes (III)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>860</u>	<u>879</u>
	<u>812</u>	<u>2.444</u>	<u>1.932</u>	<u>3.525</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 5.c);
- (II) Referem-se à notas de débito de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas;
- (III) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas de junho de 2017.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a junho de 2017, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$256 (R\$411 em 30 de junho de 2016), referente a 1.393 contêineres movimentados (2.489 contêineres em 30 de junho de 2016) e (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$82 (R\$760 em 30 de junho de 2016), referente a 447 contêineres (4.711 contêineres em 30 de junho de 2016). Desses serviços estavam em aberto, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$222.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$5.942 (R\$5.730 em 30 de junho de 2016), referente a 7.817 contêineres (7.444 contêineres em 30 de junho de 2016); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$3 (R\$7 em 30 de junho de 2016), referente a 103 contêineres (251 contêineres em 30 de junho de 2016). Desses serviços estavam em aberto, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$812.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Controladora	
	30.06.2017		30.06.2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	786	8.583	1.136	7.431
Outros benefícios	-	287	-	231
Plano de opção de compra de ações	<u>-</u>	<u>1.089</u>	<u>-</u>	<u>2.636</u>
Total	<u>786</u>	<u>9.959</u>	<u>1.136</u>	<u>10.298</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		Consolidado	
	30.06.2017		30.06.2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	798	8.862	1.147	7.779
Outros benefícios	-	287	-	231
Plano de opção de compra de ações	-	<u>1.091</u>	-	<u>2.648</u>
Total	<u>798</u>	<u>10.240</u>	<u>1.147</u>	<u>10.658</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,13% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 30 de junho de 2017, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$25.420 (R\$24.101 em 30 de junho de 2016), correspondentes a 6,22% e 6,03% da receita operacional líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 30 de junho de 2017, apenas a filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos tinham provisionado o montante de R\$3.967 (R\$3.053 em 30 de junho de 2016).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Carta de fiança referente ao contrato com a Cia. de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$429;
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$725;
- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

Notas Explicativas**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Caixa e saldo em bancos	22.746	22.597	25.245	27.840
Aplicações financeiras	<u>150.234</u>	<u>90.809</u>	<u>245.525</u>	<u>164.717</u>
Total	<u>172.980</u>	<u>113.406</u>	<u>270.770</u>	<u>192.557</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias -		Controladora	
	% CDI	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	100,01	Indeterminado	130.196	90.809
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21/09/2017	<u>20.038</u>	<u>-</u>
Total			<u>150.234</u>	<u>90.809</u>

	Taxas médias -		Consolidado	
	% CDI	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	100,79	Indeterminado	225.487	164.717
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21/09/2017	<u>20.038</u>	<u>-</u>
Total			<u>245.525</u>	<u>164.717</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a junho de 2017 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
No País	64.219	66.167
Partes relacionadas	260	202
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.227)</u>	<u>(13.133)</u>
Total	<u>51.252</u>	<u>53.236</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
No País	102.255	101.794
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15.715)</u>	<u>(15.795)</u>
Total	<u>86.540</u>	<u>85.999</u>

Em 30 de junho de 2017, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.072 (R\$2.646 em 31 de dezembro de 2016), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme a nota explicativa nº 5.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Créditos a vencer	34.110	33.553
Créditos em atraso até 60 dias	14.537	15.243
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.605	4.440
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.764	2.964
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.341	2.548
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>7.122</u>	<u>7.621</u>
Total	<u>64.479</u>	<u>66.369</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Créditos a vencer	62.425	56.212
Créditos em atraso até 60 dias	19.630	24.995
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.485	4.792
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.661	3.587
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.630	3.326
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.424</u>	<u>8.882</u>
Total	<u>102.255</u>	<u>101.794</u>

Notas Explicativas

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias.

Na comparação com 31 de dezembro de 2016, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$94 na controladora e R\$(80) no consolidado.

No período findo em 30 de junho de 2017 foram baixados títulos diretamente ao resultado no montante de R\$5.139 na controladora e R\$5.418 no consolidado. O efeito total no resultado do trimestre foi de R\$5.233 na controladora e R\$5.338 no consolidado.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Material de manutenção	18.184	18.703	20.945	21.432
Material administrativo	259	283	381	400
Material de segurança	200	230	387	408
Outros	<u>763</u>	<u>783</u>	<u>889</u>	<u>947</u>
	<u>19.406</u>	<u>19.999</u>	<u>22.602</u>	<u>23.187</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

9. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.217</u>	<u>5.136</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.174</u>	<u>4.109</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 30 de junho de 2017 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2017, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

10. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	272	330
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.608	1.656
Outros	<u>2</u>	<u>24</u>
Total do circulante	<u>1.882</u>	<u>2.010</u>
	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	667	1.227
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.640	1.929
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.520	2.704
Outros	<u>253</u>	<u>708</u>
Total do circulante	<u>4.080</u>	<u>6.568</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$667 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$1.640 (R\$1.929 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se, principalmente, à Companhia, sendo decorrentes de pagamentos efetuados em exercícios anteriores, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.520 (R\$2.704 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se, principalmente, à controlada TVS, sendo decorrentes de crédito sobre a amortização do direito de exploração daquela Companhia. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	30.06.2017	31.12.2016
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	405.052	400.357

Notas Explicativas**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2016**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58	8	12.039	144.298	243.954	400.357
Aporte de capital	160	30	100	-	-	290
Equivalência patrimonial	(112)	(20)	8.392	(4.247)	5.677	9.690
Dividendo complementar conforme AGO de 28 de abril de 2017	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Programa de opção de ações	-	-	(12)	2	-	(10)
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>106</u>	<u>18</u>	<u>20.519</u>	<u>140.053</u>	<u>244.356</u>	<u>405.052</u>

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2015

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2)	5	12.667	163.783	248.551	425.004
Aporte de capital	180	30	120	-	-	330
Equivalência patrimonial	(120)	(27)	(791)	(16.145)	7.404	(9.679)
Dividendo complementar conforme AGO de 15 de abril de 2016	-	-	-	(3.066)	(10.251)	(13.317)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Programa de opção de ações	-	-	26	20	-	46
Passivo atuarial	-	-	17	(294)	8	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>58</u>	<u>8</u>	<u>12.039</u>	<u>144.298</u>	<u>243.954</u>	<u>400.357</u>

d) Informações das controladas - posição em 30 de junho de 2017

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	870	380	84.234	126.374	201.051
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	600.474	379.999	84.234.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	269.526	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do exercício	(112)	(20)	8.392	(4.247)	5.677
Patrimônio líquido	106	18	20.519	140.053	244.356
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	106	18	20.519	140.053	244.356
Ativo circulante	107	18	24.903	31.196	87.792
Ativo não circulante	-	-	10.028	167.429	162.059
Total do ativo	107	18	34.931	198.625	249.851

Notas Explicativas

Passivo circulante	1	-	9.619	34.169	5.378
Passivo não circulante	-	-	4.793	24.403	117
Total do passivo	1	-	14.412	58.572	5.495
Receita líquida	-	-	40.367	83.254	26.908
(Prejuízo) lucro do período	<u>(112)</u>	<u>(20)</u>	<u>8.392</u>	<u>(4.247)</u>	<u>5.677</u>

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Controladora	
				Valor líquido	Valor líquido
				30.06.2017	31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1	866.443	(350.786)	515.657	524.789
Equipamentos de movimentação de carga	8,4	531.514	(364.785)	166.729	175.349
Imobilizações em andamento (*)	-	12.668	-	12.668	17.211
Equipamentos de informática	20	38.802	(32.144)	6.658	7.820
Terrenos	-	39.943	-	39.943	39.086
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.947	(16.414)	10.533	11.747
Instalações, móveis e utensílios	10	9.433	(7.011)	2.422	2.655
Veículos	20	2.788	(2.540)	248	343
Imóveis	1,7	1.953	(11)	1.942	-
Outros itens	10	252	(220)	32	38
Total		<u>1.530.743</u>	<u>(773.911)</u>	<u>756.832</u>	<u>779.038</u>
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				Valor líquido	Valor líquido
				30.06.2017	31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1 – 16,8	894.575	(372.670)	521.905	533.172
Equipamentos de movimentação de carga	8,4 – 12,9	629.715	(423.810)	205.905	219.304
Imobilizações em andamento (*)	-	19.144	-	19.144	26.536
Equipamentos de informática	20	47.535	(39.798)	7.737	9.216
Terrenos	-	66.368	-	66.368	65.511
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	43.797	(27.414)	16.383	18.774
Instalações, móveis e utensílios	10	57.355	(30.339)	27.016	27.070
Veículos	20	3.004	(2.747)	257	359
Imóveis	1,7 – 2,2	27.134	(5.842)	21.292	19.603
Outros itens	10	636	(577)	59	71
Total		<u>1.789.263</u>	<u>(903.197)</u>	<u>886.066</u>	<u>919.616</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Saldos líquidos iniciais	779.038	820.079	919.616	981.261
Adições/transferências:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.492	2.845	4.492	3.791
Equipamentos de movimentação de carga	-	1.514	199	10.081
Imobilizações em andamento (*)	(4.541)	4.359	(6.878)	(2.921)
Equipamentos de informática	428	1.727	428	2.069
Terrenos	857	-	857	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	-	599	-	624
Instalações, móveis e utensílios	63	292	2.283	715
Veículos	-	76	-	76

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Imóveis	1.953	-	1.953	-
Outros itens	-	-	4	-
Total das adições/transferências	3.252	11.412	3.338	14.435
Baixas	-	(497)	(336)	(1.779)
Reclassificações	(1)	(3)	(23)	(9)
Depreciações	(25.457)	(51.953)	(36.529)	(74.292)
Saldos líquidos finais	<u>756.832</u>	<u>779.038</u>	<u>886.066</u>	<u>919.616</u>

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

Em 30 de junho de 2017, não houve custos com empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados. Em 31 de dezembro de 2016 tínhamos o montante de R\$72, com taxa média de juros de 3,8%) referente aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de custo desses ativos foi de R\$74.010. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 30 de junho de 2017, tinha o valor contábil de R\$884.

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 30.06.2017	Valor líquido 31.12.2016
Vida útil definida:					
Direitos de exploração:					
Tecon Santos	3,1	129.791	(94.609)	35.182	35.760
Tecon Imbituba	4	91.061	(41.904)	49.157	50.707
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(2.973)	4.422	4.571
Ágio nas aquisições:					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(245.651)	75.613	76.856
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(33.524)	4.236	6.052
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(6.703)	12.280	12.694
Softwares:					
Sistemas de processamento de dados	20	22.005	(21.582)	423	615
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	<u>75</u>	-	<u>75</u>	-
Total		<u>628.334</u>	<u>(446.946)</u>	<u>181.388</u>	<u>187.255</u>

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização -%	Consolidado			
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 30.06.2017	Valor líquido 31.12.2016
Vida útil definida:					
Direitos de exploração:					
Tecon Santos	3,1	129.791	(94.609)	35.182	35.760
Tecon Imbituba	4	91.061	(41.904)	49.157	50.707
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(2.973)	4.422	4.571
Terminal de Exportação de Veículos	4	223.493	(67.048)	156.445	160.915
Ágio nas aquisições:					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(245.651)	75.613	76.856
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(33.524)	4.236	6.052
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(6.703)	12.280	12.694
<i>Softwares:</i>					
Sistema de processamento de dados	20	30.913	(30.091)	822	1.145
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>-</u>
		<u>860.735</u>	<u>(522.503)</u>	<u>338.232</u>	<u>348.700</u>
Vida útil indefinida:					
Ágio nas aquisições:					
Santos Brasil Logística (*)	-	<u>47.576</u>	<u>(8.111)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
		<u>47.576</u>	<u>(8.111)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
Total		<u>908.311</u>	<u>(530.614)</u>	<u>377.697</u>	<u>388.165</u>

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Saldos líquidos iniciais	187.255	199.641	388.165	409.879
Adições/transferências:				
<i>Softwares</i>	-	1	-	7
Outros intangíveis	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>-</u>
	75	1	75	7
Reclassificações	-	4	23	9
Amortização	<u>(5.942)</u>	<u>(12.391)</u>	<u>(10.566)</u>	<u>(21.730)</u>
Saldos líquidos finais	<u>181.388</u>	<u>187.255</u>	<u>377.697</u>	<u>388.165</u>

Não houve mudança nas condições dos direitos de exploração e dos ágios nas aquisições com vida útil definida e indefinida, em comparação com aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				30.06.2017	31.12.2016	
Moeda nacional:						
FINAME	4% a.a. a 6% a.a.	URTJLP	Mensal	<u>498</u>	<u>562</u>	R\$
NCE - Safra	1,29% a.a.	CDI	Semestral	120.000	120.000	R\$
(-) Custos de captação				<u>(429)</u>	<u>(429)</u>	
Valor líquido captado				119.571	119.571	
Juros e custos apropriados				48.612	46.439	
(-) Amortização da dívida				<u>(168.183)</u>	<u>(120.425)</u>	
				<u>-</u>	<u>45.585</u>	
NCE - BB	1,29% a.a.	CDI	Semestral	30.000	30.000	R\$
(-) Custos de captação				<u>(90)</u>	<u>(90)</u>	
Valor líquido captado				29.910	29.910	
Juros e custos apropriados				12.932	12.409	
(-) Amortização da dívida				<u>(37.841)</u>	<u>(32.315)</u>	
				<u>5.001</u>	<u>10.004</u>	
NCE - Safra	1,85% a.a.	CDI	Semestral	60.000	-	R\$
(-) Custos de captação				<u>-</u>	<u>-</u>	
Valor líquido captado				60.000	-	
Juros e custos apropriados				969	-	
(-) Amortização da dívida				<u>-</u>	<u>-</u>	
				<u>60.969</u>	<u>-</u>	
NCE - Itaú	2,00% a.a.	CDI	Semestral	100.000	-	R\$
(-) Custos de captação				<u>(500)</u>	<u>-</u>	
Valor líquido captado				99.500	-	
Juros e custos apropriados				332	-	
(-) Amortização da dívida				<u>-</u>	<u>-</u>	
				<u>99.832</u>	<u>-</u>	
				<u>166.300</u>	<u>56.151</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR +2,33% a 4,65% a.a.	Variação cambial	Semestral	<u>8.186</u>	<u>14.320</u>	US\$
				<u>8.186</u>	<u>14.320</u>	
Total				<u>174.486</u>	<u>70.471</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(64.045)	(68.415)	
Parcelas de longo prazo				110.441	2.056	

Notas Explicativas

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				30.06.2017	31.12.2016	
Moeda nacional:						
FINAME	3% a.a. a 6% a.a.	URTJLP	Mensal	4.267	6.495	R\$
NCE	1,29% a.a a 2% a.a	CDI	Semestral	165.802	55.589	R\$
Capital de giro	113% do CDI	CDI	Mensal	-	572	R\$
				<u>170.069</u>	<u>62.656</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 3,48% até 4,72% a.a.	Variação cambial	Semestral	12.465	19.936	US\$
FINIMP	EURIBOR +2,5% até 2,8% a.a.	Variação cambial	Semestral	3.821	4.759	€
				<u>16.286</u>	<u>24.695</u>	
Total				<u>186.355</u>	<u>87.351</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(72.211)	(78.056)	
Parcelas de longo prazo				114.144	9.295	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

Os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants*.

Garantias

• Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINIMP	Abril/19	US\$/€	Equipamento objeto da transação (a)
NCE - Banco Safra	Novembro/18	R\$	Recebíveis limitado a 33,33% do saldo da dívida

(a) Conforme a nota explicativa nº 12.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

• Garantias obtidas

Na data-base de 30 de junho de 2017, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 30 de junho de 2017, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				Total
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	
NCE	49.919	39.838	19.919	-	109.676
FINAME	103	75	75	38	291
FINIMP	<u>474</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>474</u>
Total	<u>50.496</u>	<u>39.913</u>	<u>19.994</u>	<u>38</u>	<u>110.441</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				
	2018	2019	2020	2021	Total
NCE	49.919	39.838	19.919	-	109.676
FINAME	582	474	75	38	1.169
FINIMP	3.155	144	-	-	3.299
Total	<u>53.656</u>	<u>40.456</u>	<u>19.994</u>	<u>38</u>	<u>114.144</u>

15. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
				30.06.2017	31.12.2016
Debêntures 2014:	2,00% a.a.	CDI	Semestral	100.000	100.000
(-) Custos das debêntures				(504)	(504)
Valor líquido captado				99.496	99.496
(+) Juros e custos apropriados				26.933	26.311
(-) Amortização de principal e juros				(126.429)	(104.938)
				-	20.869
Debêntures 2015:	2,40% a.a.	CDI	Semestral	115.000	115.000
(-) Custos das debêntures				(1.731)	(1.731)
Valor líquido captado				113.269	113.269
(+) Juros e custos apropriados				32.696	26.052
(-) Amortização de principal e juros				(55.751)	(17.707)
				90.214	121.614
Total				90.214	142.483
(-) Parcelas de curto prazo				(61.558)	(85.358)
Parcelas de longo prazo				28.656	57.125

Em 14 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Com a operação liquidada em 2 de abril de 2014, foram captados recursos no montante de R\$100.000 destinados para o reforço de capital de giro da Companhia, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,96% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão.

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas

Face o rebaixamento da classificação de risco corporativo da Companhia em duas ou mais notas em escala nacional, foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de março de 2016, e na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016, as seguintes novas características das emissões:

1. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Segunda Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 0,96% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,00% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
2. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Terceira Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
3. Na cláusula 6.24.2 da Escritura da Segunda Emissão e na cláusula 6.26.2 da Escritura da Terceira Emissão, foi adicionado inciso XIII, para incluir índice financeiro (“*covenants*”) decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

O índice deve ser apurado trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 30 de junho de 2017 o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	<u>Consolidado 30.06.2017</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	270.770
Instrumentos financeiros derivativos	<u>12</u>
	270.782
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	186.355
Debêntures	90.214
Instrumentos financeiros derivativos	<u>691</u>
	277.260
Dívida líquida	6.478
EBITDA dos últimos 4 trimestres	81.379
Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes	0,1

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas informações trimestrais em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Provisão trabalhista (a)	22.296	22.210
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.444	8.566
Outros processos (d)	4.734	4.664
Total	<u>36.474</u>	<u>35.440</u>

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Provisão trabalhista (a)	25.823	25.754
Provisão para processo FAP (b)	11.778	10.695
Outros processos (d)	4.939	4.922
Total	<u>42.540</u>	<u>41.371</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	2.978	2.825
Processo FAP (b)	5.101	4.902
Processo CADE - multa (c)	2.156	2.102
Processo CADE - faturamento TRA (c)	172.657	166.203
Outros processos (d)	1.056	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	39.535	41.031
Subtotal	<u>223.483</u>	<u>218.136</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>238.566</u>	<u>233.219</u>

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.189	4.138
Processo FAP (b)	6.405	6.156
Processo CADE - multa (c)	2.156	2.102
Processo CADE - faturamento TRA (c)	172.657	166.203
Outros processos (d)	1.056	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	<u>44.587</u>	<u>46.555</u>
Subtotal	<u>231.050</u>	<u>226.227</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>246.133</u>	<u>241.310</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$22.296, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.978 e 10 seguros garantindo o montante de R\$17.516; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.296, para os quais existem depósitos judiciais de R\$390; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$2.231, para os quais existem depósitos judiciais de R\$821 e 3 seguros garantindo o montante de R\$4.650.
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.101, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.221 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$59 - Convicon; e (iii) R\$24 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística, ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A. e ao FAP de 2014 do Convicon, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

Notas Explicativas

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$123.044 e R\$2.156, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$49.613. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$40.196 (R\$37.076 em 31 de dezembro de 2016), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “êxito provável” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “periculum in mora”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Notas Explicativas

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado no montante de R\$4.939 refere-se, principalmente: (i) à cláusula de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de êxito possível, referente ao auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$3.265; (ii) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada no montante de R\$1.026; e (iii) outros processos no montante de R\$648.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.424 e R\$9.004, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.681; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$15.799; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.942. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.430 e a processos trabalhistas, no montante de R\$942; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$525, e a bloqueios judiciais de R\$132; e (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$23.

Notas Explicativas

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 30 de junho de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores".

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$435 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no período findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro 2016, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 30.06.2017
Provisão trabalhista	22.210	-	(3.286)	3.372	22.296
Provisão FAP	8.566	878	-	-	9.444
Outros processos	4.664	177	(21)	(86)	4.734
Total	<u>35.440</u>	<u>1.055</u>	<u>(3.307)</u>	<u>3.286</u>	<u>36.474</u>
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	25.011	110	(10.509)	7.598	22.210
Provisão FAP	7.173	1.393	-	-	8.566
Outros processos	3.501	1.189	-	(26)	4.664
Total	<u>35.685</u>	<u>2.692</u>	<u>(10.509)</u>	<u>7.572</u>	<u>35.440</u>
	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 30.06.2017
Provisão trabalhista	25.754	-	(3.603)	3.672	25.823
Provisão FAP	10.695	1.083	-	-	11.778
Outros processos	4.922	177	(75)	(85)	4.939
Total	<u>41.371</u>	<u>1.260</u>	<u>(3.678)</u>	<u>3.587</u>	<u>42.540</u>

Notas Explicativas

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	33.711	708	(17.496)	8.831	25.754
Provisão FAP	8.929	1.766	-	-	10.695
Outros processos	<u>3.718</u>	<u>1.297</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>4.922</u>
Total	<u>46.358</u>	<u>3.771</u>	<u>(17.496)</u>	<u>8.738</u>	<u>41.371</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de êxito positiva ou negativamente.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível, no montante de R\$464.879, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações trimestrais.

A movimentação dos processos possíveis, no período findo em 30 de junho de 2017, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	Saldo em 31.12.2016	Adições	Outras movimentações	Saldo em 30.06.2017
Aduaneira	15.589	-	-	15.589
Cível	23.526	1.206	(314)	24.418
Trabalhista	52.061	9.255	(4.338)	56.978
Tributária	368.602	-	(7.006)	361.596
Outras	<u>6.171</u>	<u>227</u>	<u>(100)</u>	<u>6.298</u>
Total	<u>465.949</u>	<u>10.688</u>	<u>(11.758)</u>	<u>464.879</u>

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Notas Explicativas

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar, ao qual, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao recurso de ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração, sem efeitos modificativos, a fim de que restasse retificado lapso da decisão (erro material) referente à indicação das partes recorrentes, o que foi acolhido em julgamento realizado no dia 11 de abril de 2017.

No dia 12 de junho de 2017, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O tempo de conclusão dessas contingências é incerto e depende do andamento dos processos nas instâncias jurídicas.

17. ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

<u>Contratos</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020 - término do contrato</u>	<u>Total</u>
Tecon Santos	18.949	37.899	37.899	1.058.011	1.152.758
Tecon Imituba	1.615	3.229	3.229	43.060	51.133
Terminal de Carga Geral	6	12	12	144	174
Convicon	365	548	-	-	913
Terminal de Veículos	<u>1.903</u>	<u>3.807</u>	<u>3.807</u>	<u>57.417</u>	<u>66.934</u>
Total	<u>22.838</u>	<u>45.495</u>	<u>44.947</u>	<u>1.158.632</u>	<u>1.271.912</u>

Notas ExplicativasPeríodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2018
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2017 a Abril/2018
Tecon Imbituba	Julho/2016 a Julho/2017
Terminal de Veículos	Julho/2016 a Julho/2017

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 30 de junho de 2017 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M:

<u>Contratos</u>	<u>Em reais - R\$</u>		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	36,99	-	-
Tecon Santos (b)	18,45	-	-
Tecon Imbituba (c)	90,29	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	-	2,87	-
Terminal de Carga Geral (e)	-	6,35	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	3,83	-
Convicon (g)	15,46	-	-
Convicon (h)	3,11	-	-
Convicon (i)	-	1,54	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	18,02

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.

Notas Explicativas

- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de movimentação mínima que não vêm sendo cumpridos, gerando assim um custo no montante de R\$13.360, como segue:

<u>Contratos</u>	<u>30.06.2017</u>
Tecon Santos	(64)
Tecon Imbituba	13.037
Terminal de Carga Geral	205
Convicon	-
Terminal de Veículos	<u>182</u>
Total	<u>13.360</u>

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centros de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no período findo em 30 de junho de 2017, geraram despesas no montante de R\$3.378.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	<u>Ações ordinárias</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	<u>666.086.554</u>	<u>666.086.554</u>

Do total de ações, 658.841.055 encontravam-se em circulação (*freefloat*) em 30 de junho de 2017, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Em 17 de junho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, de forma que uma ação preferencial seja convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia. Essa alteração passou a vigorar a partir de 22 de agosto de 2016, quando a totalidade das ações preferenciais foram canceladas e convertidas em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 23), no montante de R\$57.166 em 30 de junho de 2017 (R\$56.036 em 31 de dezembro de 2016), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

Notas Explicativas

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

A seguir, a quantidade de ações compradas pela Companhia:

Quantidade de Ações	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço			
			Médio Ponderado	Mínimo	Máximo	
Ordinárias	6.138.745	19.844	12.523	3,23	2,90	3,70

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Receita bruta	296.125	322.472	465.966	458.550
Terminais Portuários	296.125	322.472	342.701	349.734
Logística	-	-	92.560	86.922
Terminal de Veículos	-	-	30.705	21.894
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(30.599)	(31.656)	(54.741)	(51.204)
Outras	<u>(1.668)</u>	<u>(5.685)</u>	<u>(2.540)</u>	<u>(7.891)</u>
Total	<u>263.858</u>	<u>285.131</u>	<u>408.685</u>	<u>399.455</u>

Notas Explicativas**20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Mão de obra avulsa	(15.662)	(16.909)	(15.769)	(17.147)
Taxas - Companhias Docas	(31.549)	(30.987)	(33.532)	(33.450)
Arrendamentos e infraestruturas - Companhias Docas	(23.645)	(21.696)	(26.392)	(24.325)
Energia elétrica	(3.986)	(5.582)	(4.984)	(6.480)
Combustíveis e lubrificantes	(7.760)	(7.551)	(13.367)	(12.779)
Fretes	(5.881)	(5.239)	(13.992)	(8.796)
Movimentação de veículos	-	-	(12.074)	(7.273)
Outros serviços e materiais	(1.248)	(3.272)	(4.372)	(5.438)
Despesas com pessoal	(121.002)	(110.798)	(162.792)	(160.861)
Consultoria, assessoria e auditoria	(8.099)	(9.076)	(9.074)	(10.758)
Outros serviços de terceirização	(9.294)	(9.129)	(14.506)	(15.622)
Manutenção operacional	(10.962)	(11.064)	(14.709)	(15.710)
Depreciação e amortização	(31.399)	(32.428)	(47.095)	(48.196)
Aluguéis/condomínios – áreas operacionais	-	-	(2.670)	(4.552)
Despesas com vendas de serviços	(11.323)	(9.915)	(26.329)	(21.573)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de incobráveis	(5.233)	(5.873)	(5.338)	(7.350)
Outras despesas	(9.244)	(12.901)	(27.017)	(29.296)
Total	(296.287)	(292.420)	(434.012)	(429.606)
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(237.620)	(233.873)	(350.752)	(350.724)
Despesas com vendas	(19.558)	(19.180)	(36.007)	(33.900)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(39.109)	(39.367)	(47.253)	(44.982)
Total	(296.287)	(292.420)	(434.012)	(429.606)

Notas Explicativas**21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Outras receitas operacionais:				
Correção de depósitos judiciais	2.531	5.928	2.580	5.982
Correção de precatórios	-	-	81	265
Reembolso de seguro	875	-	877	2
Recuperação de INSS sobre serviços cooperados	-	1.753	-	4.785
Receita com depósitos não identificados	1.160	2.570	2.554	4.668
Outras receitas	<u>9</u>	<u>826</u>	<u>596</u>	<u>852</u>
Total	<u>4.575</u>	<u>11.077</u>	<u>6.688</u>	<u>16.554</u>
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	-	-	-	(2)
Correção de provisões	(363)	(358)	(462)	(446)
Precatórios	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(65)</u>	<u>(212)</u>
Total	<u>(363)</u>	<u>(358)</u>	<u>(527)</u>	<u>(660)</u>

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	3.639	9.655	8.104	11.339
Juros de mútuo	-	119	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	684	4.691	1.282	7.201
Valor justo da operação de <i>swap</i>	389	448	622	590
Correção impostos a recuperar	912	1.319	930	1.447
Correção de depósitos judiciais	56	163	671	166
Outras receitas	<u>293</u>	<u>985</u>	<u>716</u>	<u>1.069</u>
Total	<u>5.973</u>	<u>17.380</u>	<u>12.325</u>	<u>21.812</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(11.704)	(19.133)	(12.031)	(19.833)
Juros de mútuo	-	(4.281)	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.156)	(4.158)	(2.295)	(5.477)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações de mútuos	(47)	(453)	(70)	(538)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(192)	(624)	(297)	(824)
Remissão de juros	(2.775)	-	(2.775)	-
Outras despesas	<u>(642)</u>	<u>(654)</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(848)</u>
Total	<u>(16.516)</u>	<u>(29.303)</u>	<u>(18.592)</u>	<u>(27.520)</u>

Notas Explicativas

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - CONTROLADORA

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 – Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 30 de junho de 2017, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas/caducadas	Quantidade de units - saldo
Programas 2006 à 2011		<u>4.456.789</u>				<u>1.975.336</u>	<u>2.481.453</u>	-
31/01/12 - Programa 2012	23,19	<u>849.476</u>			6,48	<u>86.685</u>	<u>762.791</u>	-
1º Lote anual		283.159	01/02/13	01/02/15		86.685	196.474	-
2º Lote anual		283.159	01/02/14	01/02/16		-	283.159	-
3º Lote anual		283.158	01/02/15	01/02/17		-	283.158	-
31/01/13 - Programa 2013	27,35	<u>810.177</u>			7,54	-	<u>604.878</u>	<u>205.299</u>
1º Lote anual		270.059	01/02/14	01/02/16		-	270.059	-
2º Lote anual		270.059	01/02/15	01/02/17		-	270.059	-
3º Lote anual		270.059	01/02/16	01/02/18		-	64.760	205.299
06/02/14 - Programa 2014	15,70	<u>2.087.682</u>			3,15	-	<u>1.002.816</u>	<u>1.084.866</u>
1º Lote anual		695.894	06/02/15	06/02/17		-	695.894	-
2º Lote anual		695.894	06/02/16	06/02/18		-	153.460	542.434
3º Lote anual		695.894	06/02/17	06/02/19		-	153.462	542.432
05/02/15 - Programa 2015	12,85	<u>1.377.596</u>			4,40	-	<u>54.947</u>	<u>1.322.649</u>
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		-	17.538	441.661
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		-	17.538	441.661
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		-	19.871	439.327
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.062.021</u>	<u>4.906.885</u>	<u>2.612.814</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Notas Explicativas

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Programa de Opção de Ações de 2016.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	<u>2.897.395</u>			1,18	-	17.935	<u>2.879.460</u>
1º. Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		-	-	965.798
2º. Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		-	8.967	956.831
3º. Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		-	8.968	956.831
Total das opções outorgadas		<u>2.897.395</u>				<u>-</u>	<u>17.935</u>	<u>2.879.460</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do período findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$1.130 (R\$2.622 em 30 de junho de 2016).

Das opções vigentes até 30 de junho de 2017, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 2,34%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.03.2016	30.06.2017	30.06.2016
(Prejuízo) antes da tributação	(29.070)	(18.549)	(25.433)	(19.965)
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>(9.690)</u>	<u>10.056</u>	-	-
Lucro (Prejuízo) antes da tributação ajustado	(38.760)	(8.493)	(25.433)	(19.965)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>(13.190)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>(8.659)</u>	<u>(6.801)</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(9.302)	(2.038)	(6.104)	(4.792)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$60	(3.888)	(861)	(2.555)	(2.009)
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	<u>2.908</u>	<u>2.663</u>	<u>3.366</u>	<u>2.870</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	584	728	584	728
Plano de opção de compra de ações	388	884	385	891
Outras	1.936	1.051	2.397	1.251
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	-	-	<u>(60)</u>	<u>(12)</u>
Incentivos fiscais	-	-	<u>(60)</u>	<u>(12)</u>
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(10.282)	(236)	(5.353)	(3.943)
Alíquota efetiva	26,5%	2,8%	21,2%	19,7%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	<u>(1.319)</u>	<u>2.201</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	(1.319)	2.201
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	<u>27</u>	<u>90</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	27	90
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u>(10.282)</u>	<u>(236)</u>	<u>(6.645)</u>	<u>(1.652)</u>
IRPJ e CSLL - correntes	-	-	5.904	2.354
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>(10.282)</u>	<u>(236)</u>	<u>(12.549)</u>	<u>(4.006)</u>
Total	<u>(10.282)</u>	<u>(236)</u>	<u>(6.645)</u>	<u>(1.652)</u>

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo (passivo)	Controladora			
	30.06.2017		31.12.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.535	2.353	5.046	1.817
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.307	1.190	3.283	1.182
Provisão para contingências	22.866	8.232	22.189	7.988
Amortização do ágio	(18.903)	(6.805)	(19.214)	(6.917)
Depreciação	(44.567)	(16.044)	(45.615)	(16.421)
Perda por desvalorização de ativos	6.997	2.519	7.218	2.598
Outras	14.288	5.144	10.055	3.621
Perdas atuariais	<u>1.001</u>	<u>359</u>	<u>1.001</u>	<u>359</u>
Total	<u>(8.476)</u>	<u>(3.052)</u>	<u>(16.037)</u>	<u>(5.773)</u>

Notas Explicativas

Ativo (passivo)	Consolidado			
	30.06.2017		31.12.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	14.087	5.072	10.848	3.906
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.663	1.318	3.599	1.296
Provisão para contingências	24.047	8.658	23.238	8.366
Amortização do ágio	(28.769)	(10.357)	(29.080)	(10.469)
Depreciação	(50.466)	(18.168)	(51.102)	(18.397)
Perda por desvalorização de ativos	6.997	2.519	7.218	2.598
Outras	15.570	5.606	11.161	4.018
Precatórios a receber	(1.303)	(471)	(1.282)	(464)
Perdas atuariais	846	304	846	304
Total	<u>(15.328)</u>	<u>(5.519)</u>	<u>(24.554)</u>	<u>(8.842)</u>
Ativo	<u>536</u>	<u>193</u>	<u>384</u>	<u>139</u>
Passivo	<u>(15.864)</u>	<u>(5.712)</u>	<u>(24.938)</u>	<u>(8.981)</u>

Até 30 de junho de 2017, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Santos Brasil Logística e TVS.

25. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico e diluído por ação

	30.06.2017
	<u>Ordinárias</u>
Prejuízo do período	(18.788)
Média ponderada das ações	659.947.809
Resultado por ação básico e diluído	(0,02847)

	30.06.2016		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do período	(12.582)	(5.731)	(18.313)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação básico e diluído	(0,02775)	(0,02775)	(0,02775)
Resultado por <i>units</i> básico e diluído	(0,13875)	(0,13875)	(0,13875)

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses trimestres.

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 30 de junho de 2017, os preços de exercício das opções de compra de ações dos planos vigentes estão abaixo da cotação média de mercado do período, e, portanto, o efeito potencial dessas ações não é considerado no cálculo do resultado diluído.

Notas Explicativas

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no período findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Hipóteses

Hipóteses econômicas:

Taxa de Desconto	6,00% a.a.
Inflação Econômica	5,60% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.
Fator Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica

Hipóteses biométricas

Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%

Outras hipóteses

Composição Familiar	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral
---------------------	---

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para período findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Valor presente das obrigações atuariais	1.585	2.080
Perdas atuariais calculadas	17.128	15.048
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	18.713	17.128

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Valor presente das obrigações atuariais	1.986	2.986
Perdas atuariais calculadas	<u>21.006</u>	<u>18.020</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>22.992</u>	<u>21.006</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações, são os mesmos divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Ativo:				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber	51.252	53.236	86.540	85.999
Dividendos a receber	-	1.758	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.217	5.136
Outros valores a receber	-	<u>5.976</u>	-	<u>5.976</u>
	<u>51.252</u>	<u>60.970</u>	<u>91.757</u>	<u>97.111</u>
Valor justo por meio do resultado (*):				
Caixa e equivalentes de caixa	172.980	113.406	270.770	192.557
Instrumentos financeiros derivativos	<u>12</u>	<u>34</u>	<u>12</u>	<u>37</u>
	<u>172.992</u>	<u>113.440</u>	<u>270.782</u>	<u>192.594</u>
Passivo:				
Outros passivos financeiros:				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	174.486	70.471	186.355	87.351
Debêntures	90.214	142.483	90.214	142.483
Fornecedores	74.107	69.035	98.397	88.535
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	113
Precatórios a pagar (**)	-	-	<u>4.174</u>	<u>4.109</u>
	<u>338.920</u>	<u>282.102</u>	<u>379.253</u>	<u>322.591</u>
Valor justo por meio do resultado (*):				
Instrumentos financeiros derivativos	<u>457</u>	<u>1.997</u>	<u>691</u>	<u>2.859</u>
	<u>457</u>	<u>1.997</u>	<u>691</u>	<u>2.859</u>

(*) Os valores classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de nível 2.

(**) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

Notas Explicativas

b) Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b.1) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no período findo em 30 de junho de 2017. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do período findo em 30 de junho de 2017, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse trimestre:

Controladora									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Jun./2017	Dez./2016		
BTG 2017 - 1ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	7.526	Jun./2017	Associado à variação cambial	(1.772)	(186)	-	(1.568)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2017 - 2ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	6.662	Dez./2017	Associado à variação cambial	-	(226)	(457)	(429)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Itaú 2018 - 1ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	1.261	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(39)	12	34	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>(1.772)</u>	<u>(451)</u>	<u>(445)</u>	<u>(1.963)</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

Consolidado									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Jun./2017	Dez./2016		
BTG 2017 - 1ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	10.717	Jun./2017	Associado à variação cambial	(2.539)	(281)	-	(2.239)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2017 - 2ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	9.513	Dez./2017	Associado à variação cambial	-	(323)	(661)	(620)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Itaú 2018 - 1ºSem (*) <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	3.772	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(117)	(18)	37	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>(2.539)</u>	<u>(721)</u>	<u>(679)</u>	<u>(2.822)</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de Nível 2.

b.2) Demais instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2017, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017		30.06.2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	172.980	172.980	270.770	270.770
Contas a receber	51.252	51.252	86.540	86.540
Precatórios a receber	-	-	5.217	5.217
Total	<u>224.232</u>	<u>224.232</u>	<u>362.527</u>	<u>362.527</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	174.486	185.735	186.355	197.638
Debêntures	90.214	99.546	90.214	99.546
Fornecedores	74.107	74.107	98.397	98.397
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	113
Precatórios a pagar	-	-	4.174	4.174
Total	<u>338.920</u>	<u>359.501</u>	<u>379.253</u>	<u>399.868</u>

c) Risco de mercado

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

c.1) Risco cambial

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o período findo em 30 de junho de 2017 com valorização em relação ao real de 1,5% e 9,8%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2016.

Exposição cambial

	Controladora	Moeda da transação
	Valor (em R\$)	
Empréstimos e financiamentos	8.186	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(7.877)	US\$
Exposição líquida	<u>309</u>	

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	<u>Moeda da</u>
	<u>Valor (em R\$)</u>	<u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	3.821	€
Empréstimos e financiamentos	12.465	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	<u>(13.243)</u>	US\$
Exposição líquida	<u>3.043</u>	

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 30 de junho de 2017. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

		<u>Controladora</u>				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
		<u>provável I</u>	<u>(+) 25%</u>	<u>(+) 50%</u>	<u>(-) 25%</u>	<u>(-) 50%</u>
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	8.186	10.247	12.307	6.125	4.065
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>793</u>	<u>(1.217)</u>	<u>(3.227)</u>	<u>2.804</u>	<u>4.814</u>
Saldo líquido		8.979	9.030	9.080	8.929	8.879
Taxas:						
US\$		3,31	4,14	4,96	2,48	1,65
€		3,78	4,72	5,66	2,83	1,89
		<u>Consolidado</u>				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
		<u>provável I</u>	<u>(+) 25%</u>	<u>(+) 50%</u>	<u>(-) 25%</u>	<u>(-) 50%</u>
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	16.286	20.383	24.479	12.189	8.092
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>1.205</u>	<u>(2.169)</u>	<u>(5.544)</u>	<u>4.580</u>	<u>7.955</u>
Saldo líquido		17.491	18.214	18.935	16.769	16.047
Taxas:						
US\$		3,31	4,14	4,96	2,48	1,65
€		3,78	4,72	5,66	2,83	1,89

Notas Explicativas

c.2) Risco de juros

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	172.980	113.406	270.770	192.557
Instrumentos financeiros derivativos	<u>12</u>	<u>34</u>	<u>12</u>	<u>37</u>
Total	<u>172.992</u>	<u>113.440</u>	<u>270.782</u>	<u>192.594</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	174.486	70.471	186.355	87.351
Debêntures	90.214	142.483	90.214	142.483
Instrumentos financeiros derivativos	<u>457</u>	<u>1.997</u>	<u>691</u>	<u>2.859</u>
Total	<u>265.157</u>	<u>214.951</u>	<u>277.260</u>	<u>232.693</u>

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Controladora				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	150.234	152.245	154.257	148.222	146.211
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	165.802	166.061	166.314	165.538	165.268
Debêntures		90.214	91.128	92.027	89.286	88.343
Dívida líquida		105.782	104.944	104.084	106.602	107.400
Taxas:						
CDI		10,14	12,68	15,21	7,61	5,07

Notas Explicativas

Operação	Risco	Consolidado				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	245.525	248.782	252.037	242.269	239.013
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	165.802	166.061	166.314	165.538	165.268
Debêntures		90.214	91.128	92.027	89.286	88.343
Dívida líquida		10.491	8.407	6.304	12.555	14.598
Taxas:						
CDI		10,14	12,68	15,21	7,61	5,07

d) Risco de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 30 de junho de 2017, era de R\$15.715, representando 15,37% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2016, essa provisão era de R\$15.795, equivalente a 15,52%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	172.980	113.406	270.770	192.557
Contas a receber	51.252	53.236	86.540	85.999
Dividendos a receber	-	1.758	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.217	5.136
Outros valores a receber	-	5.976	-	5.976
Total	<u>224.232</u>	<u>174.376</u>	<u>362.527</u>	<u>289.668</u>

e) Risco de liquidez

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo contábil	Fluxo de pagamento			
		30.06.2017	Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	174.486	205.649	81.980	123.589	80
Debêntures	90.214	97.494	66.983	30.511	-
Fornecedores	74.107	74.107	59.086	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>113</u>	<u>113</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>338.920</u>	<u>377.363</u>	<u>208.162</u>	<u>169.121</u>	<u>80</u>

	Consolidado				
	Saldo contábil	Fluxo de pagamento			
		30.06.2017	Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	186.355	217.719	90.303	127.336	80
Debêntures	90.214	97.494	66.983	30.511	-
Fornecedores	98.397	98.397	83.376	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	-	-
Precatórios a pagar	<u>4.174</u>	<u>4.174</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.174</u>
Total	<u>375.079</u>	<u>417.897</u>	<u>240.775</u>	<u>172.868</u>	<u>4.254</u>

f) Gestão de capital

No período findo em 30 de junho de 2017, foi mantida, pela Companhia e por suas controladas, a mesma política descrita nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

A dívida em relação ao capital no período findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Total dos passivos circulante e não circulante	482.867	428.600
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(172.980)</u>	<u>(113.406)</u>
Dívida líquida	<u>309.887</u>	<u>315.194</u>
Total do patrimônio líquido	1.371.475	1.389.132
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,22595	0,22690

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Total dos passivos circulante e não circulante	559.415	504.711
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(270.770)</u>	<u>(192.557)</u>
Dívida líquida	<u>288.645</u>	<u>312.154</u>
Total do patrimônio líquido	1.371.474	1.389.132
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,21046	0,22471

28. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2017, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Armazenagem em galpões de vinilona	5.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	

Santos Brasil Logística

SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Junho/2018
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Junho/2018
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	90	R\$	

Convicon

SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2017
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	5	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2017
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Terminal de Veículos</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2018
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.329	R\$	Abril/2018

29. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2017, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.432 (R\$1.295 em 31 de dezembro de 2016), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

No período findo em 30 de junho de 2017, não ocorreram alterações conceituais nas definições dos segmentos operacionais e das demonstrações do resultado e do capital empregado, permanecendo as descritas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Notas ExplicativasDemonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a junho de 2017

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	343.038	98.506	30.705	-	(6.283)	465.966
Deduções da receita	<u>(38.813)</u>	<u>(15.252)</u>	<u>(3.797)</u>	-	581	<u>(57.281)</u>
Receita operacional líquida	304.225	83.254	26.908	-	(5.702)	408.685
Custo dos serviços prestados	(264.452)	(70.410)	(21.592)	-	5.702	(350.752)
Custos variáveis/fixos	(232.527)	(63.476)	(17.053)	-	5.702	(307.354)
Depreciação/amortização	<u>(31.925)</u>	<u>(6.934)</u>	<u>(4.539)</u>	-	-	<u>(43.398)</u>
Lucro bruto	<u>39.773</u>	<u>12.844</u>	<u>5.316</u>	-	-	<u>57.933</u>
Despesas operacionais	(32.391)	(19.011)	(629)	(25.068)	-	(77.099)
Despesas com vendas	(19.997)	(15.643)	(472)	-	-	(36.112)
Despesas gerais e administrativas	(16.967)	(4.845)	(283)	(21.356)	-	(43.451)
Depreciação/amortização	(127)	(27)	-	(3.543)	-	(3.697)
Outras	<u>4.700</u>	<u>1.504</u>	<u>126</u>	<u>(169)</u>	-	<u>6.161</u>
EBIT	7.382	(6.167)	4.687	(25.068)	-	(19.166)
Depreciação/amortização	32.052	6.961	4.539	3.543	-	47.095
EBITDA	39.434	794	9.226	(21.525)	-	27.929
Resultado financeiro	-	-	-	(6.267)	-	(6.267)
Equivalência patrimonial	-	-	-	9.690	(9.690)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	6.645	-	6.645
Lucro do período	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(18.788)</u>

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a junho de 2016

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	350.966	92.660	21.894	-	(6.970)	458.550
Deduções da receita	<u>(41.758)</u>	<u>(14.513)</u>	<u>(3.468)</u>	-	644	<u>(59.095)</u>
Receita operacional líquida	309.208	78.147	18.426	-	(6.326)	399.455
Custo dos serviços prestados	(265.026)	(74.462)	(17.562)	-	6.326	(350.724)
Custos variáveis/fixos	(232.482)	(67.135)	(13.060)	-	6.326	(306.351)
Depreciação/amortização	<u>(32.544)</u>	<u>(7.327)</u>	<u>(4.502)</u>	-	-	<u>(44.373)</u>
Lucro bruto	<u>44.182</u>	<u>3.685</u>	<u>864</u>	-	-	<u>48.731</u>
Despesas operacionais	(22.640)	(16.769)	1.593	(25.172)	-	(62.988)
Despesas com vendas	(20.206)	(13.156)	(511)	-	-	(33.873)
Despesas gerais e administrativas	(12.430)	(5.486)	(953)	(22.319)	-	(41.188)
Depreciação/amortização	(184)	(32)	-	(3.607)	-	(3.823)
Outras	<u>10.180</u>	<u>1.905</u>	<u>3.057</u>	<u>754</u>	-	<u>15.896</u>
EBIT	21.542	(13.084)	2.457	(25.172)	-	(14.257)
Depreciação/amortização	32.728	7.359	4.502	3.607	-	48.196
EBITDA	54.270	(5.725)	6.959	(21.565)	-	33.939
Resultado financeiro	-	-	-	(5.708)	-	(5.708)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(10.056)	10.056	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	1.652	-	1.652
Prejuízo líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(18.313)</u>

Em 30 de junho de 2017, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$70.848 (R\$74.983 em 30 de junho de 2016), equivalentes a 15,2% do total da receita bruta consolidada.

Notas ExplicativasDemonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
30 de junho de 2017

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>95.584</u>	<u>22.741</u>	<u>8.155</u>	<u>276.072</u>	<u>(1.932)</u>	<u>400.620</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	270.770	-	270.770
Outros	95.584	22.741	8.155	5.302	(1.932)	129.850
Ativo não circulante	<u>1.064.311</u>	<u>161.778</u>	<u>161.329</u>	<u>547.903</u>	<u>(405.052)</u>	<u>1.530.269</u>
Outros	244.090	5.984	47	16.385	-	266.506
Investimento	-	-	-	405.052	(405.052)	-
Imobilizado	730.908	115.989	4.835	34.334	-	886.066
Intangível	89.313	39.805	156.447	92.132	-	377.697
Passivo circulante	<u>(101.984)</u>	<u>(27.207)</u>	<u>(4.904)</u>	<u>(3.028)</u>	<u>1.932</u>	<u>(135.191)</u>
Fornecedores	(63.402)	(16.996)	(3.851)	(199)	1.072	(83.376)
Outros	(38.582)	(10.211)	(1.053)	(2.829)	860	(51.815)
Passivo não circulante	<u>(94.232)</u>	<u>(3.431)</u>	<u>(93)</u>	<u>(26.794)</u>	<u>-</u>	<u>(124.550)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(39.016)	(3.431)	(93)	-	-	(42.540)
Outros	(40.195)	-	-	(26.794)	-	(66.989)
Total	<u>963.679</u>	<u>153.881</u>	<u>164.487</u>	<u>794.153</u>	<u>(405.052)</u>	<u>1.671.148</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	<u>133.882</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	133.769
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	113
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	<u>165.792</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	142.800
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	22.992
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	<u>1.371.474</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.373.706
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(2.232)
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>1.671.148</u>

Notas ExplicativasDemonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2016

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Capital empregado						
Ativo circulante	<u>90.177</u>	<u>22.157</u>	<u>8.071</u>	<u>201.583</u>	<u>(3.525)</u>	<u>318.463</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	192.557	-	192.557
Outros	90.177	22.157	8.071	9.026	(3.525)	125.906
Ativo não circulante	<u>1.090.516</u>	<u>169.182</u>	<u>165.875</u>	<u>550.164</u>	<u>(400.357)</u>	<u>1.575.380</u>
Outros	238.398	6.475	53	22.673	-	267.599
Investimento	-	-	-	400.357	(400.357)	-
Imobilizado	760.391	122.793	4.904	31.528	-	919.616
Intangível	91.727	39.914	160.918	95.606	-	388.165
Passivo circulante	<u>(92.208)</u>	<u>(21.893)</u>	<u>(4.292)</u>	<u>(5.994)</u>	<u>3.525</u>	<u>(120.862)</u>
Fornecedores	(58.519)	(14.095)	(3.405)	(141)	2.646	(73.514)
Outros	(33.689)	(7.798)	(887)	(5.853)	879	(47.348)
Passivo não circulante	<u>(90.083)</u>	<u>(3.301)</u>	<u>(81)</u>	<u>(39.431)</u>	<u>-</u>	<u>(132.896)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(37.989)	(3.301)	(81)	-	-	(41.371)
Outros	<u>(37.073)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.431)</u>	<u>-</u>	<u>(76.504)</u>
Total	<u>998.402</u>	<u>166.145</u>	<u>169.573</u>	<u>706.322</u>	<u>(400.357)</u>	<u>1.640.085</u>
Fontes de capital						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	<u>163.527</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	163.414
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	113
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	<u>87.426</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	66.420
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	21.006
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	<u>1.389.132</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.391.364
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(2.232)
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>1.640.085</u>

31. EVENTOS SUBSEQUENTES*Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba*

Em reunião realizada em 13 de julho de 2017, na sede do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a SCPAR Porto de Imbituba S.A., foi firmado acordo acerca do pedido liminar para suspensão do pagamento da Movimentação Mínima Contratual – MMC referente ao exercício 2016/2017, formulado no processo administrativo em que se discute o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba (“Tecon Imbituba”), através do qual a Companhia se compromete a realizar o pagamento da quantia de R\$9.000 (nove milhões de reais), em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, ficando, em contrapartida, suspensa a exigibilidade do saldo a pagar do MMC do exercício 2016/2017.

A referida transação contou com a expressa aquiescência e concordância do MTPAC e da ANTAQ, que, no âmbito de suas competências, prosseguirão na regular análise do mérito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba.

Notas Explicativas

Destarte, o presente acordo não importa em desistência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado pela Companhia, ao tempo que não implica em reconhecimento pela SCPAR da existência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento.

Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Incentivo Atrelado a Ações

Em Assembleia Extraordinária realizada em 04 de agosto de 2017, foi aprovada alteração no atual Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”) e, igualmente, aprovaram a implementação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações (“Plano de Performance Shares e Matching”), destinados aos empregados e administradores da Companhia (“Beneficiários”).

Ambos os Planos visam: (i) reforçar a cultura empresarial de desempenho superior e sustentável, alinhando os interesses dos Beneficiários aos dos acionistas da Companhia, inclusive no longo prazo; (ii) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de seus objetivos sociais e corporativos; e (iii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia.

A Companhia informa também que as opções de compra de ações outorgadas e as ações transferidas com base nos Planos não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, que somente poderá ser alterado mediante deliberação dos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Daniel Pedreira Dorea
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Ricardo Schenker Wajnberg
Julio André Kogut (Independente)
Rodrigo Leonardo Anunciato (Independente)

Suplentes

Ana Carolina Silva Moreira Lima
Ana Cláudia Coutinho de Brito
Bernardo Velloso de Souza Guterres
Victor Bastos Almeida
Ricardo Canguçu Fontenelle Castorri
Pedro Henrique Nogueira Damasceno
Roberto Knoepfelmacher

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos de Magalhães Tourinho - Diretor Comercial
Marlos da Silva Tavares - Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luís Fernando Moran de Oliveira

Suplentes

Norberto Aguiar Tomaz
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Aristóteles Nogueira Filho

Milton Mazzo Júnior - CRC nº 1 SP 235131/O-5
Gerente de Controladoria

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeções empresariais 2017

No ano de 2017, o mercado de terminais de contêineres no Brasil mantém incertezas em relação ao crescimento da movimentação. Reflexo do atual cenário político e econômico, o fluxo de contêineres de longo curso e de cabotagem podem apresentar mudanças de difícil estimativa quanto à intensidade e sentido. O mercado de contêineres do Porto de Santos enfrentará cenário operacional complexo e incerto, o que leva a Companhia a não fornecer *guidance* para 2017.

Aviso Legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Santos Brasil.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Novo Mercado) apresentamos as seguintes informações (informações não revisadas pelos Auditores Independentes):

1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie e classe do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2017.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Denominação: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.			Posição em 30/06/2017 (Em unidade Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%
INTERNATIONAL MARKETS INVESTMENTS C.V.	176.955.181	26,57	176.955.181	26,57
PW237 PARTICIPAÇÕES S.A.	149.382.595	22,43	149.382.595	22,43
MULTI STS PARTICIPAÇÕES S.A.	55.721.423	8,37	55.721.423	8,37
RICHARD KLIEN	54.347.051	8,16	54.347.051	8,16
DYNAMO*	67.580.075	10,15	67.580.075	10,15
Ações em tesouraria	6.138.745	0,92	6.138.745	0,92
Outros	155.961.484	23,41	155.961.484	23,41
Total	666.086.554	100,00	666.086.554	100,00

* A Dynamo Administração de Recursos Ltda. e a Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda. (em conjunto denominadas "Dynamo") não são acionistas diretos ou indiretos da Companhia, tratam-se de administradores de fundos de investimento e investidores não residentes no país que agem sob um mesmo interesse e em conjunto possuem participação correspondente 10,15% das ações ordinárias da Companhia com participação total dos fundos geridos pela Dynamo de 67.580.075 ações. A Dynamo informou que com as aquisições, não têm a intenção de adquirir o controle da Companhia, tratando-se de investimento que não objetiva alterar a administração, composição de controle ou regular o funcionamento da SBPar.

2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 30 de junho de 2017:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 30/06/2017)				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controladores	-	-	-	-
Administradores				
Conselho de Administração	305.929	0,05	305.929	0,05
Diretoria	800.825	0,12	800.825	0,12
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	6.138.745	0,92	6.138.745	0,92
Outros Acionistas	658.841.055	98,91	658.841.055	98,91
Total	666.086.554	100	666.086.554	100
Ações em Circulação	658.841.055	98,91	658.841.055	98,91

3) Informamos que, em 30 de junho de 2017, o número de ações em circulação era de 658.841.055, ou seja, 98,91% do capital total, que é composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da

Santos Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Consulta ao Órgão Regulador

Sem ressaltar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.a às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas que descreve que em 1 de março de 2016, a Administração da Companhia, protocolou junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, consulta referente a divergência de opinião entre a Administração e os auditores independentes antecessores, objeto de modificação no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, com relação a revisão e extensão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis em virtude da prorrogação do prazo do arrendamento por mais 25 anos obtido pela Companhia em 30 de setembro de 2015, mediante ao Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97, de 28 de novembro de 1997. Em 14 de junho de 2017, a CVM encaminhou Ofício a Companhia não abordando a revisão da extensão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis mas sim recomendando a alteração da política contábil de arrendamento operacional. Em 30 de junho de 2017, a Companhia protocolou recurso solicitando que seja reconsiderado o entendimento manifestado no citado Ofício. Em 14 de julho de 2017, a CVM, através da SEP – Superintendência de Relações com Empresas deferiu o pedido de efeito suspensivo até que o Colegiado da CVM se manifeste em relação à matéria. Até esta data, a CVM não havia se pronunciado com relação ao recurso da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Contador CRC 1SP142133/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A. examinou as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 e o “Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais”, emitido pela KPMG Auditores Independentes em 08 de agosto de 2017 e se manifesta na forma do Ofício Circular CVM/SEP/CVM nº 01/2017, item 3.3.4, que as informações trimestrais referidas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 08 de agosto de 2017

Gilberto Braga

Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto

Membro do Conselho Fiscal

Luis Fernando Moran de Oliveira

Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 08 de agosto de 2017.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda

Diretor-Presidente

Daniel Pedreira Dorea

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de agosto de 2017.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda

Diretor-Presidente

Daniel Pedreira Dorea

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores